

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Miguel Bogado Tomasiello

Uma Crítica Autogestionária ao Espaço Urbano Capitalista

Florianópolis
2022

Miguel Bogado Tomasiello

Uma Crítica Autogestionária ao Espaço Urbano Capitalista

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Milton Luz da Conceição

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Tomasiello, Miguel bogado

Uma crítica autogestionária ao espaço urbano capitalista /
Miguel bogado Tomasiello ; orientador, Milton luz da Conceição, 2022.

82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico,
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Autogestão social. 3. urbanismo.
4. ideologia. 5. Aufheben. I. Conceição, Milton luz da. II. Universidade
Federal de Santa Catarina.
Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Miguel Bogado Tomasiello

Uma Crítica Autogestionária ao Espaço Urbano Capitalista

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Arquiteto e Urbanista” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo

Sala Virtual, 18 de março de 2022.

Prof. Milton Luz da Conceição, Dr.
Orientador
Instituição UFSC

Banca Examinadora:

Profa. Soraya Nor, Dra.
Avaliadora
Instituição UFSC

Prof. Samuel Steiner dos Santos, Dr.
Avaliador
Instituição UFSC

Lino Ferreira Bragança Peres, Dr.
Avaliador
Convidado Externo (UFSC)



Dedico este trabalho a todos e todas que estiveram ao meu lado durante essa jornada. Agradeço especialmente à minha companheira de vida, Camila de Oliveira, por todo o apoio que recebi na produção deste trabalho e por ser uma pessoa na qual sou extremamente privilegiado de ter ao meu lado, dedico também à Judite, pelo acalento nos momentos solitários de produção textual. Dedico também aos meus pais Maria Bernadette Guerreiro Bogado e Mario Tomasiello, que sempre me prestaram apoio incondicional, aos meus irmãos Rafael Bogado Tomasiello, que mesmo distante em escala continental, permaneceu sempre muito próximo à mim e me apoiou incondicionalmente, à Marina Tomasiello, por todo o companheirismo e ajuda emocional durante o meu percurso na faculdade e ao Diego Bogado Tomasiello, pelo apoio e por ser uma inspiração para eu realizar este trabalho de forte teor acadêmico. Dedico também este trabalho ao meu orientador Milton Luz da Conceição pelo privilégio de ter sido orientado por uma pessoa tão capacitada e por todo o conhecimento (de nível enciclopédico) que adquiri com sua orientação. À todos os professores e professoras nos quais desenvolvi diálogos valiosos para a produção deste trabalho, principalmente Soraya Nór e Samuel Steiner dos Santos. Dedico, também, aos amigos Lucas Minoru Uemura, Victor Vanderlinde, Ian Misael Reis, Raphael Quinhones Gemelle Leal, Túlio da Silva Ribeiro, José Lourenço Neto, Felipe de Andrade, Rubens Vinícius da Silva, Milena Leão, Roberta Leão, Alexandre Guerra e Nilton Nascimento Júnior.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir da análise marxista autogestionária, produzir uma crítica do espaço capitalista no sentido de entendê-lo não como um objeto isolado, e sim como expressão e agente pertencente à totalidade das relações sociais. Este espaço de exploração de mais-valor está intimamente ligado ao seu modo de produção, é produto de forças ideológicas pertencentes a uma visão de mundo na qual reproduz a lógica da propriedade privada, onde há forte hierarquia e desigualdade social, um mundo dividido entre dirigentes e dirigidos. A reprodução da sociedade capitalista institui o alheamento (*entäusserung*) dos meios de subsistência social e recursos básicos dos trabalhadores. O objetivo da crítica é formar uma base para a supressão e superação (*Aufhebung*) do modo de produção capitalista, esboçando uma teoria para a concepção do espaço livre autogestionário.

Palavras-chave: Marxismo. Autogestão. Urbanismo. Ideologia. Totalidade. *Aufhebung*.

ABSTRACT

The objective of this work is, from an autogestionary marxist analysis, to produce a critique of the capitalist space in the sense of understanding it not as an isolated object, but as an expression and agent belonging to the totality of social relations. This space of the exploitation of surplus value is closely linked to its production mode, it is the product of ideological forces belonging to a worldview in which it reproduces the logic of private property, where there is a strong hierarchy and social inequality, a world divided between the leaders and the directed ones. The reproduction of capitalist society institutes alienation (*entäusserung*) from the workers' means of social subsistence and basic resources. The aim of the critique is to form a basis for the suppression and overcoming (*Aufhebung*) of the capitalist mode of production, outlining a theory for the conception of self-organizing free space.

Keywords: Marxism. Self-government. Urbanism. Ideology. Totality. *Aufhebung*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Templo de Santa Maria Del Fiore.....	25
Figura 2 – O Plano de Haussmann.....	29
Figura 3 – <i>Plan Voisin</i> e o funcionalismo de <i>Le Corbusier</i>	55
Figura 4 – O Plano de Avenidas de Prestes Maia... ..	62
Figura 5 – O Plano de retificação do Rio Tietê, de Saturnino de Brito... ..	62
Figura 6 – Edifício Wilton Paes de Almeida em chamas.....	63
Figura 7 – Edifício Nossa Senhora da Conceição.....	64
Figura 8 – Muro em Paris de 1968, com a frase “Seja realista, demande o impossível”.....	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	OBJETIVO... ..	12
1.2	JUSTIFICATIVA... ..	12
2	IDEOLOGIA, PRÁXIS E O ESPAÇO DA LUTA DE CLASSES... 14	
2.1	ESPAÇO: IDEOLOGIA E CONCEITO... ..	19
2.2	CAMPO E CIDADE NO MATERIALISMO HISTÓRICO... ..	24
2.3	O ESPAÇO MERCANTILISTA E A LUTA DE CLASSES... ..	27
2.4	O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX... ..	28
2.5	A COMUNA DE PARIS... ..	32
3	A SOLIDIFICAÇÃO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XX... ..	37
3.1	LUTA DE CLASSES: O REFORMISMO NA CONTRAMÃO DA PERSPECTIVA OPERÁRIA... ..	39
3.2	A PERSPECTIVA CRÍTICA MARXISTA... ..	42
4	O DESENVOLVIMENTO IDEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DA ACUMULAÇÃO.....	49
4.1	ANALISANDO O URBANISMO COMO IDEOLOGIA.....	52
4.2	A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DO LUCRO... ..	57
4.3	AS QUEDAS TENDENCIAIS E O REFLEXO DA CRISE NO ESPAÇO... ..	66
5	ESPAÇOS DA ESPERANÇA: EXPERIÊNCIAS AUTOGESTIONÁRIAS E UM ESBOÇO PARA UMA TEORIA DO ESPAÇO LIVRE.....	70
5.1	A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AUTOGESTIONADO.....	70
5.2	O SITUACIONISMO E O MAIO DE 68... ..	72
5.3	O FUTURO E A AUTOGESTÃO SOCIAL... ..	74

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, uma gama enorme de possibilidades organizacionais, produtivas e espaciais desabrocharam e criam suas marcas no mundo, algumas de forma orgânica e muito mais adaptáveis a uma convivência harmônica (no âmbito social, ecológico, econômico). Outras formas de organização social são dominantes, impoem-se de forma predatória a outros indivíduos e à natureza, homogeneizando e submetendo sociedades de forma centralizadora. Navegar por diversas culturas, histórias e arranjos sociais é uma tarefa essencial para se entender o presente e criar um futuro onde os potenciais humanos sejam ampliados ao máximo (para todos, não de forma individualista), porém, observar e aprender com a história ainda é uma tarefa muito complexa, já que indivíduos que vivem numa sociedade predatória e dominante tendem a reproduzir essas lógicas, ou seja, são em parte influenciados por forças hegemônicas. Ideologia é algo “intangível”, porém é um grande motor que destrói e contrói a realidade, não só no campo das ideias, mas também no espaço tangível.

Na história da arquitetura, não apenas o conhecimento técnico e meramente “executivo” é perceptível pelo espaço material, mas também a dimensão cultural e ideológica. Estudiosos idealistas esforçam-se para encontrar uma essência humana, porém tal procura é perigosa pois a força das ideologias hegemônicas podem influenciar muito nessa busca, assim simplificando e retificando pensamentos de épocas e culturas distantes do observador. Um exemplo da influência dos paradigmas contemporâneos à análise histórica, seja na arquitetura ou em outros ramos de estudo, é pensar a história como “evolução”. Talvez essa seja uma forma ingênua de encontrar sentido para os caminhos e descaminhos da humanidade consigo mesma e com seu entorno, porém mostra a crueza de um pensamento extremamente individualista e neoliberal, compatível com a visão de mundo hegemônica burguesa.

Este trabalho é um breve caminhar “prático” por momentos históricos, expressões materiais físicas e organizacionais, no sentido de angariar sentidos que possam trazer respostas que parecem ter se perdido ou incessantemente escondidas pela atual classe social dominante

1.1 OBJETIVOS

Analisando práxicamente, à luz do universo marxista, formas anteriores ao desenvolvimento pleno do capitalismo por meio de teoria, história, e inclusive de discussões sobre a implementação do chamado “socialismo real” como uma tentativa de modificar o *status quo* da hegemonia burguesa, o objetivo é justamente realizar uma *crítica desapiedada do existente* (MARX, 2022), pois a construção de todo o mundo físico e prático da sociedade está diretamente ligado às ideias, cultura e cosmovisão dessa sociedade, por isso é importante entender ideologia no sentido marxista, ou seja, como sistema de pensamento ilusório (MARX & ENGELS, 2007), pois a alienação e consecutivo alheamento dos bens materiais e imateriais à determinada classe social nos dias atuais perpassa a total aderência e submissão a uma visão de mundo parcelar, mistificada, justamente criada para o roubo do tempo de vida e do potencial humano de indivíduos da classe trabalhadora.

O objetivo desse trabalho é realizar essa crítica desapiedada do existente, também para retomar a verdade e reencontrar um caminho perdido: o das organizações orgânicas, horizontais, onde a ideologia da competição social mesquinha e individualista não fazem o menor sentido e são vistas como realmente são, ou seja, uma visão burguesa que põe um véu sobre a realidade para realizar o roubo da energia de vida dos trabalhadores para o acúmulo de capital.

1.2 JUSTIFICATIVA

A cooperação e o mutualismo são muito mais compatíveis com nosso modo de viver, a humanidade precisa retomar o caminho da verdade e realizar a utopia concreta, pois se os indivíduos humanos são capazes de criar o mundo a sua volta com seu trabalho, objetivando seus desejos e também com a necessidade de viver coletivamente, para que esses desejos se potencializem e possam ser socializados ao máximo, é extremamente necessário combater a forma de mundo construída pelo neoliberalismo hoje, pois essa ideologia atomiza os indivíduos e “petrifica” seu trabalho em formas de dominação institucionais e ideológicas, é impossível haver trabalho livre no capitalismo, e um dos maiores crimes contra o potencial humano é a alienação do trabalho, pois o que desenvolve o ser humano como um todo é a objetivação de seu trabalho no mundo, isso é a expressão de seu ser, e o espaço urbano atual e a arquitetura, principalmente após a virada formalista do modernismo, são muito próximos de

uma prisão para o desenvolvimento livre dos indivíduos como seres sociais e coletivos. Por isso, é necessário retomar a esperança na construção de um mundo livre, não no sentido de indivíduos poderem crescer ilimitadamente¹, mas de reapresentar formas históricas encontradas pela classe trabalhadora no caminho da libertação humana.

¹ a ideologia liberal (com o surgimento do capitalismo) trouxe esse fetiche do crescimento ilimitado superpotencializado pela propriedade privada como uma forma de ser livre, porém é justamente essa “liberdade” que escraviza o outro. A verdadeira liberdade é o crescimento junto ao outro, pois os seres humanos são naturalmente seres sociais e a própria cooperação do trabalho (mesmo que alienada e forçada no capitalismo) são a prova disso.

2. IDEOLOGIA, PRÁXIS E O ESPAÇO DA LUTA DE CLASSES

A intenção deste trabalho é mostrar uma perspectiva de mudança radical da sociedade em que vivemos. Percebe-se cada vez mais a urgência dessa mudança por conta do contexto geopolítico mundial: o neoliberalismo aprofunda cada vez mais a subtração do sobretrabalho dos trabalhadores modernos e sufoca cada vez mais os espaços horizontais, tendendo a deixar boa parte da humanidade cada vez mais despossuída materialmente e dominada ideologicamente pelo individualismo. “Radical” significa tomar a coisa pela raiz. Para Marx, porém, a raiz do indivíduo é o próprio indivíduo:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2010, p. 151)

Marx escreveu o excerto acima em 1844, não havia ainda desenvolvido com Engels a dialética materialista que foi parte fundamental de seu pensamento. Porém, essa é uma parte essencial do universo teórico marxista, fundamental para entender a constituição do materialismo Histórico, ou seja, o humanismo radical de Marx n’*A Introdução à crítica da Filosofia de Hegel* não foi conservado, mas ampliado e desenvolvido dentro de seu pensamento. Marx reforça a importância da teoria alinhada à prática (práxis) no desenvolvimento da revolução social e Karl Korsch posteriormente reafirmou esse pilar de seu pensamento:

Compreender-se-á que o sistema marxista, expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, deve manter com os sistemas da filosofia idealista alemã, no plano ideológico, as mesmas relações que o movimento revolucionário do proletariado mantém, no plano da práxis social e política, com o movimento revolucionário burguês. (KORSCH, 2019, p.32)

Importante destaque de Korsch (1923) com relação ao fato de que a ideologia idealista alemã teve relação direta (práxis) com a revolução burguesa, nos remetendo ao fato de que a teoria do movimento revolucionário do proletariado deve ter essa mesma relação com a prática do proletariado. Marx e Korsch afirmaram tais dizeres no sentido de buscar uma saída revolucionária da sociedade capitalista.

Para entender o conceito de alienação em Marx, “é preciso entender o que ele quer dizer com trabalho alienado e sua relação com alheamento.” (VIANA, 2017, p.44). Alienação

(*entfremdung*) em Marx significa que o controle dos meios de produção e a instituição da propriedade privada, dominada pela burguesia, tem como meio e fim o roubo do trabalhador, o alheamento (*entäusserung*) (ibidem, 2017, p.42-47) da propriedade do trabalhador, tendo sua primeira clara expressão no processo Histórico a partir dos processos de cercamento (MARX, 2011). Isso significa que numa sociedade capitalista, o trabalho, que é naturalmente teleológico no ser humano, é imposto “artificialmente” pelo capitalista ao trabalhador, impedindo que ele possa ser exercido livremente e que o trabalhador possa se associar livremente também a outros produtores para sua autorrealização e a realização coletiva. Para Marx, o que constitui a alienação do trabalho é:

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido [...] Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. (MARX, apud VIANA, 2017, p.43).

Da mesma forma que a organização espacial de uma sociedade específica está profundamente relacionada com seu modo de produção, o espaço na sociedade capitalista influencia e é influenciado pelo seu modo de produção. As mudanças visíveis hoje concatenadas pelo planejamento urbano não são e não podem mudar substancialmente problemas seculares porque justamente dela derivam, ou seja, a prática do urbanismo hoje é engendrada ideologicamente, sofre influência de diversas ideologias influenciadas historicamente por paradigmas hegemônicos que se transmutam de tempos em tempos para garantir a reprodução e estabilidade cultural e produtiva do capitalismo.

O espaço, as cidades, o campo no capitalismo são propriamente espaços da reprodução e ampliação da acumulação do lucro. São espaços que gestam a alienação do trabalho de várias formas que se renovam com o tempo e com as crises (VIANA, 2017), constituindo espaços influenciados e alimentados por novos regimes econômicos, aliados à forma de exploração capitalista de extração de mais-valor, que reproduzem a alienação do trabalho humano, ou seja, é contra a liberdade do ser humano.

Uma mudança radical das condições materiais e da consciência humana perpassa, necessariamente, por um processo de revolução social, no qual está contido em suas condições históricas, convergindo às condições materiais de determinada época, como foi o caso da revolução burguesa, por exemplo. Korsch (2019) deixa isso muito claro ao comparar

a supressão e superação (*aufhebung*) da filosofia idealista alemã e ordem social burguesa pelo movimento operário, e mostra que estruturas de poder de origem burguesa, tal como o Estado, também seriam suprimidas e superadas nesse processo histórico².

Com a base metodológica da dialética materialista, tendo consciência das diversas contradições das cidades contemporânea (dentre elas, sua relação dúbia com o campo), pode-se acompanhar, entre diversos outros problemas derivados do capitalismo, o desenvolvimento da entropia do mercado capitalista³, o que se caracteriza por um espaço imerso na competição entre inúmeros capitais que buscam lucro competindo entre si, resultando no que, ao contrário do conceito de “mão invisível” cunhado por Adam Smith, gera uma desordem dos setores produtivos e de consumo dos mercados. É preciso deixar claro aqui que isso é um processo histórico que, no desenvolvimento do capitalismo, se repete. O capital pode variar formalmente entre mais monopolista, mais liberal ou um equilíbrio entre controle estatal e livre mercado, ambas instituições (Estado e propriedade privada) são necessárias e estruturas fortes dentro do capitalismo, dependendo de seu momento histórico. Enquanto isso, as sociedades permanecem subjugadas pelas taxas de lucro, quanto mais o mundo das “coisas” se valoriza, mais o mundo humano se desvaloriza, isso pode ser facilmente observado num cenário de pandemia, onde o lucro sobrepõe necessidades humanas básicas.

² “[...] se é preciso considerar, aqui, que, para ambos, filosofia foi sinônimo da filosofia idealista burguesa, é preciso levar em conta o sentido desta identificação, porque se trata de uma relação análoga àquela existente entre o marxismo e o Estado: Marx e Engels não combateram simplesmente uma forma histórica determinada de Estado, mas o Estado em geral, identificado pelo materialismo histórico com o Estado burguês, e, sobre esta base, atribuíram ao comunismo o objetivo final de suprimir o Estado; similarmente, Marx e Engels não combatem um sistema filosófico determinado, mas querem, no fim das contas, superar e suprimir, com o socialismo científico, a filosofia em geral. Precisamente aí reside a oposição de princípio entre a concepção “realista” (isto é, “materialista dialética”) do marxismo e as “patranhas ideológicas, jurídicas e de outro tipo” próprias ao lassalismo e a todas as outras variedades, antigas ou recentes, desse “socialismo vulgar” que, no plano dos princípios, não ultrapassou ainda o “nível burguês”, ou seja, o ponto de vista da “sociedade burguesa”. Se pretendemos elucidar as questões das relações entre marxismo e filosofia é, pois, indispensável tomar como ponto de partida as declarações de Marx e de Engels, nas quais afirmam, inequivocamente, que a superação (*Aufhebung*) não apenas da filosofia idealista burguesa, mas, *ao mesmo tempo*, da filosofia em geral é uma consequência necessária da sua nova perspectiva materialista dialética” (KORSCH, 2019, p.34)

³ A entropia de mercado capitalista é um conceito criado por Nildo Viana pareado à ideia de “anarquia de mercado”, citada por Marx no volume III d’O Capital, onde a entropia de mercado se caracteriza pela forma caótica e não planejada em que o mercado capitalista se desenvolve: com a competição social, o desenvolvimento do mercado capitalista não pode se dar de forma racional, ou seja, há um caos na produção e na demanda, o que é produzido não é o socialmente necessário, e sim o necessário para a produção de mais-valor ao proprietário privado para a manutenção de seu reinvestimento na competição capitalista, para manter-se no mercado. Ou seja, a entropia de mercado é a forma em que a reprodução da lógica hegemônica e individualista da competição capitalista se mantém e se multiplica (VIANA, 2021b).

A tendência de descompasso entre demanda e oferta em alguns momentos pode ser descontrolada o bastante para se desenvolver numa tendência de crise. O capitalismo se “replica” por meio dessas tendências de crise. Historicamente, o capitalismo tem sempre encontrado as saídas para as crises, ora criando novas instituições, controlando mais ou menos o mercado, forçando arrocho salarial e resolvendo as crises com consumo, guerra e outras estratégias que com certeza não refletem a vontade da maioria populacional e se mostram extremamente anti democráticas.

Essa necessidade de reprodução e acumulação de capital nas sociedades contemporâneas não gera problemas específicos e isoláveis, ela determina, também, a constante necessidade de especulação da terra. O alheamento (*entäusserung*) da propriedade dos trabalhadores livres (cercamento e posterior comercialização de propriedades privadas), é necessário para obter o controle absoluto da produção (esta sendo constantemente reforçada pelo trabalho alienado) para o escoamento do fluxo de mercadorias que serão comercializadas e, seu valor, concentrado e acumulado em forma de capital. Outros efeitos desse processo também são a concentração de infraestrutura em áreas gentrificadas, ao mesmo tempo em que aumenta as diferenças entre as classes sociais. Os problemas sócio-econômicos e estruturais do espaço capitalista, assim, só pioram, e surgem novos arrabaldes também decorrentes do processo de especulação da terra (dentre esses problemas, a violência urbana é um fator marcante).

O espaço capitalista, portanto, é palco da luta entre o trabalho morto e o trabalho vivo⁴ algo que Karl Marx havia dito ser o motor da história da humanidade: a luta de classes.

As nações-estado contemporâneas, que há poucas décadas declararam o fim da história com a queda do muro de Berlim e posterior dissolução do regime soviético, se mostram obsoletas (além de revelar a farsa absoluta da luta entre capitalismo e “comunismo”⁵ na época da guerra fria). Os governos falham em gerenciar sustentavelmente seus Estados, mercados, espaços comerciais e a contradição entre campo e cidade apenas se intensifica com a divisão social do trabalho, exploração do trabalho humano e dos recursos ambientais cada

⁴ “O trabalho morto é o trabalho acumulado em bens materiais, as riquezas produzidas e apropriadas pela classe dominante; o trabalho vivo é a força de trabalho ativa, representada pelas classes produtoras e exploradas.” (VIANA, 2008, p.10)

⁵ Já que muitos intelectuais marxistas já criticavam e denunciavam o regime soviético como não sendo socialista, e sim um capitalismo de Estado, já que no comunismo não haveria a produção de mercadorias, divisão social do trabalho. Para mais, Cf. BRINTON, M. Os Bolcheviques e o Controle Operário. Porto, Afrontamento, 1975.

vez mais aprofundados, o campo como um espaço cada vez mais concentrado em grandes latifúndios monocultores e a cidade cada vez mais como um espaço de especulação a ser cercado, valorizado e mercantilizado, como palco da produção de mercadorias e da especulação: bolsa de valores, títulos imobiliários, criptomoedas, entre outros. Com isso, o aumento do abismo social em nível mundial é acompanhado por uma grande ampliação da divisão social do trabalho, no campo também, porém mais intensamente na cidade. É importante destacar que por detrás do véu de produtividade do capitalismo e da produção incessante de mercadorias se esconde o que é o real objetivo do capital: a extração de mais-valor, sua sequente acumulação e reinvestimento na competição social e manutenção da ordem social burguesa, assim como expõe Marx n’*O Capital*:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2011, p.382)

Nesse trecho, Marx entende a reprodução da sociedade existente como causa direta da produção social, não apenas a produção de mercadorias, mas a “fábrica de ensinar”, correlação que Marx realiza com o sistema educacional, também reproduz as relações de produção e propriedade, nos remetendo à questão da alienação e do fetichismo discutidos nos *Manuscritos de Paris* (2010a) ou na *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2010b), ou seja, são temas recorrentes em várias de suas obras, como base de seu pensamento.

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre

numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado. (MARX, 2010b, p. 156)

Assim, Marx continua:

O proletariado começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento industrial, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente [...] Quando o proletariado exige a negação da propriedade privada, ele apenas eleva a princípio da sociedade o que a sociedade elevará a princípio do proletariado, aquilo que nele já está involuntariamente incorporado como resultado negativo da sociedade. Assim, o proletário possui em relação ao mundo que está a surgir o mesmo direito que o rei alemão possui em relação ao mundo já existente, quando este chama o povo de seu povo ou o cavalo de seu cavalo. Declarando o povo como sua propriedade privada, o rei expressa, tão somente, que o proprietário privado é rei. Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em homens se completará. (MARX, 2010b, p. 156)

As relações de produção também são relações de reprodução de determinada sociedade, e a união entre teoria e prática é essencial para entender essa relação, também para entender o porquê o proletariado ainda é a classe revolucionária de nosso período. As categorias analisadas aqui influenciam diretamente na construção do espaço do lucro.

2.1 ESPAÇO: IDEOLOGIA E CONCEITO

Para que haja uma contextualização da análise, observa-se diferentes concepções e formas de se estudar o espaço, sociedade e os mecanismos econômico-sociais. Muitas dessas “lentes” são caracterizadas pela sua forma abstrata de ver o mundo, como ideologias, porém ideologia no sentido marxista, como apresentado por Marx & Engels em Ideologia alemã, um sistema de pensamento ilusório (MARX; ENGELS, 2007). Ideologias são conjuntos de proposições que não nascem por si só, mas sim significam a justificativa da propriedade privada e competição entre indivíduos (portanto, a “naturalidade” da existência de classes sociais), objetivando a alienação da população trabalhadora. Obviamente, essa forma de alienação que a ideologia impõe sobre a sociedade civil terá como consequência uma visão

parcial do mundo, já que ela nega a natureza humana e deturpa as relações no coletivo social. Isso se deve como consequência da expansão da ideologia e hegemonia burguesa.

O marxismo tem seu papel crítico nessa luta, e vai além da estreiteza “[...] de toda ciência ou filosofia burguesas não críticas (dogmáticas, metafísicas ou especulativas), assim como, também radicalmente, de tudo aquilo que se designa por “crítica” na ciência e na filosofia burguesas tradicionais [...]” (KORSCH, 2019, p.125). A práxis marxista, dialética e materialista, busca a mudança radical da sociedade capitalista para o comunismo, por isso não se adequa às categorizações burguesas de ciência, muito menos utiliza desse “edifício inacabado” que a epistemologia burguesa chama de “a” ciência sociológica:

O marxismo, para os nossos eruditos burgueses, não representa apenas uma dificuldade teórica e prática de primeira ordem - representa, ainda, uma dificuldade teórica de segunda ordem, ou seja, uma dificuldade “epistemológica”. Ele não se deixa encaixar em nenhuma das gavetas tradicionais do sistema das ciências burguesas. E mesmo se fosse aberta especialmente para ele e seus congêneres mais próximos uma nova gaveta, chamada sociologia, o marxismo não se aquietaria nela: logo estaria passeando por todas as outras. “Economia”, “filosofia”, “história”, “teoria do direito e do Estado” [...] o marxismo jamais foi uma “ciência” e nunca poderá sê-lo enquanto permanecer fiel a si mesmo. Ele não é uma “economia”, uma “filosofia”, uma “história” nem qualquer outra “ciência humana” (*Geisteswissenschaft*) ou uma combinação dessas ciências entendidas segundo o ponto de vista do “espírito científico” burguês. Ao contrário, a principal obra econômica de Marx é, do princípio ao fim, uma *crítica* da economia política, como diz o seu subtítulo e o confirma todo o seu conteúdo; e é preciso compreendê-la como uma crítica da economia política tradicional, pretensamente “imparcial” mas, na realidade, puramente “burguesa”, isto é, determinada e limitada por premissas burguesas. Isso significa que esta crítica da economia burguesa adere abertamente à perspectiva da única classe que, dentre todas as existentes, não tem nenhum interesse na manutenção dos preconceitos burgueses e cujas condições de existência, ao contrário conduzem imperativamente à sua definitiva destruição, prática e teórica [...] A erudição burguesa e semi-socialista comete um erro total quando pressupõe que o marxismo pretenderia estabelecer uma nova “filosofia” no lugar da antiga (burguesa), uma nova “sociologia” no lugar desse edifício inacabado que a epistemologia burguesa apresenta atualmente como “a” ciência sociológica. A teoria marxista não quer nada disso, assim como o movimento político e social do marxismo (de que ela é a expressão teórica) não quer substituir o antigo sistema dos Estados burgueses e todos os membros que o compõe por novos “Estados” ou por um novo “sistema de Estados”. Karl Marx se propõe, ao contrário, realizar a *crítica* da filosofia burguesa, a *crítica* da historiografia burguesa, a *crítica* de todas as ciências humanas burguesas; em suma: a crítica da ideologia burguesa em seu conjunto - e para empreender esta crítica da “ideologia” burguesa, tal como a crítica da “economia” burguesa, assume o ponto de vista da classe proletária. (KORSCH, 2019, p.123-125, grifos do autor)

Assim, para uma concepção materialista da história, analisemos a categoria espaço: em Viana (2002), o autor apresenta duas concepções questionáveis sobre o tema do espaço (VIANA, 2002, p. 11): as concepções “empiricista” e “fetichista”. A visão empiricista apresenta o espaço como sendo algo “dado”, “onde se desenvolvem os fatos sociais ou econômicos”, enquanto a concepção fetichista (desenvolvida pelo determinismo geográfico), se refere ao espaço em geral como um núcleo gerador de relações sociais, ou seja, como se fosse dotado de autonomia, separadamente da sociedade. Existem diversas denominações para o que se entende por espaço: espaço físico, social, urbano, rural e entre outros. Durkheim nos apresenta a noção de espaço como categoria, porém, “espaço” categorizado de forma genérica não é um conceito, pois falta uma ligação dessa palavra com outro termo que nos remete à realidade, como, por exemplo, espaço físico. Portanto, o espaço visto como categoria pode incorrer numa concepção metafísica do que é espaço (Durkheim, 1996, p. 500, apud VIANA, 2002): Durkheim coloca que essa categoria faz parte de “noções essenciais” que partem da raiz de nosso pensamento, assim como Aristóteles se refere às categorias do entendimento. Para Durkheim tais categorias são como “quadros sólidos que encerram o pensamento”. A concepção de Durkheim desemboca em algo parecido à concepção fetichista de espaço, dado seu grau de abstração metafísica. Essa concepção parcelar do espaço se desenvolverá com o avanço e desenvolvimento do próprio capitalismo entre outros sociólogos, cientistas políticos, urbanistas e arquitetos liberais.

Se o espaço físico é simultaneamente um espaço social e este é determinante, então a concepção empiricista do espaço se torna frágil, pois o espaço não é algo “dado” e sim constituído pelas relações sociais. Se é o ser humano que transforma o espaço, então a concepção fetichista do espaço também se revela frágil, pois o espaço não possui autonomia já que é constituído pela ação humana (VIANA, 2002, p.17)

Com o processo de transformação do espaço pelo ser humano por intermédio do trabalho, ele não simplesmente se adapta ao meio ambiente como outros animais, porém o modifica e adapta sua forma de viver a essas novas condições, que variam de diversas formas, historicamente, culturalmente, socialmente. Se contemplamos o espaço que é resultado do intermédio das modificações humanas como o resultado do trabalho que modifica a natureza em prédios, estradas, instituições, campos de monocultura e toda a estrutura que funda a base para a produção e reprodução de nossa sociedade. Nesse sentido,

pode-se afunilar a concepção de espaço não em definições metafísicas ou mecanicistas, mas em uma concepção dialética de desenvolvimento do mesmo:

[...] a categoria espaço vem para realizar distinções num universo infinito e assim o espaço físico, ou seja, um recurso mental dominado por uma substância real, passa a ser uma realidade existente de fato. Aqui nos interessa o espaço físico que nos circunda, ou seja, o meio ambiente. O ser humano transforma o meio ambiente e o humaniza. O ser humano é a espécie em nosso planeta que mais interfere no meio ambiente. O ser humano não se “adapta” ao meio ambiente como muitas espécies fazem. A relação entre ser humano e meio ambiente é uma relação que vai paulatinamente transformando o meio ambiente natural em meio ambiente humano. Isto ocorre, como já colocamos, pela mediação do trabalho. Porém, o trabalho manual não ocorre sem *cooperação*, nem o trabalho intelectual. Através da ação coletiva e da linguagem que a possibilita o ser humano não só se relaciona com o meio ambiente transformando-o como também se relaciona com outros seres humanos e transforma suas relações com eles. Por isso a transformação do meio ambiente natural em meio ambiente humano significa a constituição de um meio ambiente *social*. (VIANA, 2002, p.14-15)

Se definimos, portanto, o espaço como sendo produto da ação coletiva humana por meio do trabalho, a transformação do meio ambiente natural em meio ambiente humano significa, com toda a relevância de seus determinados processos históricos específicos, a constituição de um meio ambiente social (Ibidem, p.15). A partir de um ambiente social específico, temos relações sociais específicas. Como não há “espaço” como uma categoria isolada quando deparado à realidade concreta, percebe-se o que havia sido assinalado por Marx e Engels (MARX e ENGELS, 2002, apud VIANA, 2013) ao analisar a oposição entre campo e cidade, ou seja, as sociedades de classe historicamente geram uma ampliação da divisão social do trabalho, que gera, concomitantemente, uma divisão espacial, campo e cidade.

Ao se estudar a cidade, seja no aspecto do planejamento urbano, construções desenvolvidas por empreiteiras e negócios locais, divisão social do trabalho e vários outros aspectos ou para tentarmos melhorar a cidade (deixá-la mais “democrática”, acessível) de forma em que as pessoas tenham direito de usufruto de todas as suas potencialidades num desenvolvimento livre da propriedade privada e do Estado, é preciso ter em mente que cidade é um conceito que está envolto em incontáveis determinações, ou seja, está dentro de uma totalidade (VIANA, 2002, p.23).

Lefebvre (2001) discorre sobre o tema mostra a importância da evolução das *démarches* e instrumentos intelectuais nesse processo, deixando claro como mudanças profundas na sociedade apenas podem ser realizadas com a práxis social:

Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência. (LEFEBVRE, 2001, p.109)

Fundamentalmente, a cidade é um local de expansão da divisão social do trabalho, disputa de poder, dominação e a luta de classes se expressa nesse quadro, onde há uma dominação e um processo de verticalização do espaço, também entre as hierarquias de localidade, como a predominância da cidade sobre o campo, principalmente através do Estado. Entretanto, mesmo sendo dominante, a cidade continua sendo dependente do campo e compõe resultado de uma “práxis” capitalista:

Por ser um espaço de dominação, de controle, também é um espaço de conflito, de lutas de classes. O espaço urbano é também um espaço de controle intensivo do meio ambiente, onde os seres humanos constroem um mundo técnico em substituição ao meio ambiente natural. É um espaço que não é auto-suficiente, pois devido a divisão social do trabalho e o seu afastamento do meio ambiente natural, ele precisa ser abastecido por produtos alimentícios e por matérias-primas oriundas do campo. (VIANA, 2002, p.24)

Obviamente, há variações e diferentes determinações entre períodos históricos de sociedades em condições específicas. Ao se analisar a constituição da totalidade das relações sociais capitalistas na influência das relações específicas de produção e reprodução social, percebe-se um tipo de prática com determinados fins de dominação, o desenvolvimento de novas técnicas na construção civil não serve necessariamente com o fim de ser útil ao próprio ser humano, e sim à reprodução e acumulação de capital (FERRO, 1988). Essa prática é perpetrada por agentes concretos, com poder de planejamento e controle do espaço, chamados agentes sociais⁶ (CÔRREA, 1989).

⁶ Os agentes sociais que possuem maior poder de decisão sobre a moldagem do espaço são justamente a classe dominante, no caso os burgueses, grandes capitalistas e, no texto de Corrêa, os grandes industriais compõem parte importante dessa categoria.

2.2 CAMPO E CIDADE NO MATERIALISMO HISTÓRICO

Alguns autores se deparam com um problema ao tentar definir o que é cidade, porém, definir cidade é algo complexo (VIANA, 2002, p 19). Rolnik expressa: "diante de fenômenos tão diferentes com as antigas cidades muradas e as gigantescas metrópoles contemporâneas, seria possível definir a cidade?" (ROLNIK, 1995, p. 12). De fato, a questão do desenvolvimento das cidades e a partir de quais parâmetros defini-la é algo complexo, composto não apenas de uma ou duas variáveis, mas múltiplas, e de origens variadas, pois a cidade não se caracteriza por características “métricas” ou empíricas, como agregado populacional, densidade de infraestruturas, entre outros.

A cidade, aparato sócio-espacial e expressão de determinados momentos histórico-culturais da humanidade, seja produto do modo de produção do escravismo das cidades-estado ou da expressão espacial burocrática e privada do assalariado moderno capitalista é construída concomitantemente ao desenvolvimento cultural e social das relações interpessoais e institucionais dos seres humanos localizados historicamente. Essas são as diferenças, por exemplo, entre uma cidade na antiguidade clássica e uma cidade no capitalismo moderno, seria impossível tentar determinar cidade como parâmetros isolados e pela divisão do conhecimento em categorias empíricas ou metafísicas, como foi discutido anteriormente com a definição do espaço (VIANA, 2002):

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses (MARX & ENGELS, apud VIANA, 2002, p.20).

Dessa forma, vamos analisar a formação e diferenciação da cidade e campo pelo materialismo histórico, utilizando o método dialético. Para Marx e Engels (2007), o que é crucial na diferenciação entre cidade e campo é a expansão da divisão social do trabalho, que vem junto do desenvolvimento das forças produtivas de uma forma alienadora. É por este motivo, inclusive, que em sociedades com menor divisão social do trabalho e menor número de trocas mercantis, como as sociedades feudais, o campo era predominante e as cidades eram mais frágeis, diferentemente do capitalismo, em que o oposto é recorrente. É desta convergência em que se pode identificar, por exemplo, a definição weberiana de cidade⁷.

⁷ Os mercados periódicos não definem cidade por si, e sim mercados mais robustos e constantes, consolidados, onde a população do campo também se abastece de produtos industrializados essenciais, também, para suas

Para Lefebvre (1976), a cidade na era agrária foi uma criação de excelência, considerada uma obra de arte, dada sua beleza, e em alguns momentos um forte sentimento coletivo, que predominava sobre o individualismo (PAULA, 2010, p.4). Mumford (1961) explica historicamente as cidades medievais nesse processo como locais onde tudo era planejado e executado como uma obra de arte, nos remetendo a um processo muito mais íntimo e menos alienado de produção, onde os fins de determinada construção não eram especificamente o lucro, e sim o uso, a contemplação, “partes de uma estrutura sagrada que podiam ficar invisíveis ainda eram acabadas tão cuidadosamente como se fossem plenamente visíveis” (PAULA, 2010, p. 128-129), isso pelo fato de que, para Kropotkin (1989), destacando o papel das guildas como forma de organização do trabalho, nas cidades medievais predominava a ajuda mútua entre os seus habitantes, não a competição, busca do lucro (MUMFORD, 1965 apud PAULA, 2010, p. 128-129), isso significa a não predominância do valor de troca em detrimento do valor de uso, ou seja, a predominância do trabalho vivo (dos trabalhadores).

Paula (2010) estende o raciocínio de Kropotkin (1989) e cita Barros, que estudou as cidades medievais da região da Toscana, apontando nelas um “sentimento de adesão a um grupo social movido por uma preocupação geral, a de construir um espaço dotado de recursos no sentido de garantir a proteção de sua população.” (PAULA, 2010, p. 130), assim, houve nessa região um fortalecimento dos laços de solidariedade e de associação, com uma constituição de poder público que favorecia a ampliação de espaço público em detrimento de privado, para fornecer à população urbana serviços focados realmente à população local. Esse tipo de sociedade é claramente muito diferente das cidades contemporâneas, onde há a predominância da lei do valor e controle do trabalho de forma estrita para o máximo proveito de seu mais valor. Dessa forma, também se diferenciava em relação à organização espacial com as cidades contemporâneas pela forma como não havia uma separação ou configuração espacial específica que delimitava uma diferenciação espacial entre as classes sociais, afirma Kropotkin (ibidem, p.130). Obviamente isso não significa que houvesse igualdade (política ou econômica) entre os grupos sociais pertencentes à essas sociedades, mas prova que a segregação espacial não era parte desses arranjos sociais (ibidem, p.131).

atividades e, portanto, há uma sólida base econômica que determina estes parâmetros (WEBER, apud VIANA, 2002, Cit., p.21)

Com o avanço das sociedades futuras, a cidade começou a sofrer com o avanço do capitalismo. As relações sociais foram sendo muito mais constrangidas por relações econômicas de arranjos mercantilistas, a gradual privatização do espaço e subjugação sob uma ordem e lei burguesa a partir do processo que Marx (2011a) vai chamar de “acumulação primitiva” (que será explicado no próximo item deste capítulo), e consiste na destruição das terras comunais por parte da burguesia (que detinha o poder econômico) e da nobreza (que detinha o poder político) (ibidem, p.132). Rolnik (1988) mostra que o processo de mercantilização da cidade vem junto da segregação espacial:

[...] para os principais funcionários do estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho. Com isto, novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir. (ROLNIK, 1988 apud PAULA, 2010, p.132)

Como será explicado posteriormente neste trabalho, retomando Engels, no processo de reconstrução das cidades com formações de áreas centrais (destinadas à burguesia) e o abandono do proletariado às áreas periféricas, pelo método higienista de desapropriação da população de Paris e construção de avenidas e formação de uma área central, e inclusive com o propósito de circulação de mercadorias, um espaço com o objetivo não comunitário, mas do lucro para aqueles que estão no poder.

Lefebvre (1991) destacou a “[...] proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca)” (ibidem, p. 134), e também diz que a classe proletária é a única capaz de realizar essa transformação essencial:

[...] o proletariado. [...] Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtiva e criadora, ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 1991 apud PAULA, 2010, p. 134)

Retomando o que é exposto por Lefebvre, então, transformar a cidade não significa mudar seu aspecto urbano, ou sua “materialidade”, trata-se de “transformar os valores que animam os homens; de trocar o mundo do lucro imediato, do individualismo, pelo da solidariedade, da troca harmônica entre os homens, mas também destes com a natureza” (ibidem, p. 135).

2.3 O ESPAÇO MERCANTILISTA E A LUTA DE CLASSES

Quando no século XV Florença foi palco da construção da igreja de Santa Maria del Fiore, os trabalhadores presenciavam naquele momento bruscas mudanças em direção a um novo modo de produção. Ferro (2006) pontua como o processo de hierarquização do canteiro de obras acompanhou uma maior exploração dos trabalhadores: Brunelleschi quebrou a greve dos trabalhadores substituindo-os por operários não florentinos. Posteriormente, aceitou novamente os primeiros trabalhadores, porém com salários inferiores aos de antes (FERRO, 2006, p. 194). De acordo com o autor (FERRO, 2006), o objetivo de Brunelleschi nesse processo foi claramente o de maior extração de mais-valor (absoluto), tirando a autonomia do desenho dos construtores artesãos góticos e os submetendo-os ao novo modo de produção. Aqui Sérgio Ferro comete uma espécie de anacronismo, já que no século XV em Florença o sistema capitalista ainda não estava totalmente instaurado, nem firmemente como sistema econômico local e muito menos globalmente, a construção da Santa Maria Del Fiore não configura a construção de uma mercadoria, portanto falar sobre mais-valor nesse caso é anacrônico, já que o “capitalismo” se desenvolvia ainda em seu período mercantilista, porém é interessante a correlação na qual o autor faz, pois o mercantilismo é o embrião do capitalismo.

FIGURA 1 - O Templo de Santa Maria Del Fiore



Brunelleschi também, “preocupado com a perda de tempo e energia”, ordenou instalar no alto da cúpula da igreja uma cantina, evitando que os operários precisassem descer para se alimentar (ou se reunir e se organizar para organizar outra greve). Aqui, o autor aposta para maior extração de mais-valor relativo, porém não há retirada de mais-valor nesse processo. Ferro também destaca que Gramsci compara este processo como uma espécie de “fordização” da produção no canteiro. O problema é que, na baixa idade média, mesmo num contexto de sociedade de classes, a situação era bem diferente do que foi se desenvolvendo posteriormente. Os grandes interesses eram as rotas comerciais, o período do Renascimento floresceu juntamente à exploração dessas rotas comerciais, com algumas regiões como Florença, Flandres, entre outras se beneficiando, assim essas sociedades de classes foram se desenvolvendo e se hierarquizando, era o definhamento da Idade Média para o surgimento do capitalismo.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX

Com a revolução industrial (1820), o mundo estava perante uma onda de sucessivas mudanças hegemônicas. No mercantilismo havia um contexto produtivo, histórico e social diferente do capitalismo, apesar das semelhanças. Um exemplo: os fisiocratas consideravam o trabalho agrário como o único verdadeiramente produtivo (no sentido de criar valor)⁹, porém, com o desenvolver da história da humanidade, Adam Smith aponta que o trabalho industrial se destaca juntamente ao comércio mais forte (perene) e à agricultura criando a riqueza das nações. É esse o mundo das mercadorias, viabilizado com o desenvolvimento de máquinas como a *spinning jenny*¹⁰, com ela foi possível multiplicar estrondosamente a produtividade de tecidos, nos quais foram pouco a pouco se autonomizando como mercadoria. Essa fabricação do excedente é essencial para a produção de capital, a *Jenny* dispensou boa parte dos trabalhadores necessários para a produção de tecidos, aumentando o exército de mão de obra desempregada (ENGELS, 2010, p.51). Mais tarde, justamente na revolução industrial, com a criação da fiadora automática (*selfacting mule*, em 1825), parte

⁸ Disponível em: <<https://i.pinimg.com/originals/04/95/bd/0495bd95439cf56b0a96f5bc37a25729.jpg>> Acesso em out. 2021.

⁹ MATTICK, 2010, p.53

¹⁰ Primeira invenção que mudou profundamente a situação da classe operária na Inglaterra após sua construção em 1764 (ENGELS, 2010, p.51)

maior ainda dos trabalhadores podiam ser dispensados: o processo de aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo se intensifica (aumento do capital constante, diminuição do capital variável¹¹).

Resgatando as origens deste processo para melhor contextualização, o processo de nascimento das cidades modernas capitalistas se deve primordialmente como consequência dos *enclosures* empreendidos pelos capitalistas burgueses na Inglaterra, no clássico caso da revolução industrial, quando se roubava a terra de camponeses nativos para criação de ovelhas. Assim, era possível suprir a grande demanda de lã para as grandes indústrias que surgiam e exportavam tecidos para diversas regiões do mundo.

Marx (2011) começava o capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” d’*O Capital* de forma muito objetiva e clara para desmistificar as clássicas anedotas contadas pelas elites às classes subalternas para justificar o deserto da realidade e o surgimento de uma realidade social de constante exploração da classe trabalhadora como algo natural e existente desde sempre, já que “em tempos muito remotos, havia uma elite laboriosa, que acumulou capital e conseguiu fazer grandes feitos para a humanidade” (MARX, 2011, p. 514). Porém, na história da humanidade, a usurpação sempre foi uma constante: “na economia política reinou-se sempre o idílio? [...] Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (ibidem, 2011, p. 514).

O caso dos Yeomen é notável:

O que mais deploro é a perda de nossa yeomanry, esse conjunto de homens que, na realidade, sustentava a independência desta nação, e lamento ver agora suas terras nas mãos de lords monopolizadores, sendo arrendadas a pequenos fazendeiros, que obtêm seus arrendamentos sob tais condições que são pouco mais que vassalos prontos a serem convocados em qualquer situação adversa (ARBUTHNOT, 1773 apud MARX, 2011, p. 737)

Postas estas referências, com esta realidade de usurpação de povos e constante procura de novos terrenos e formas de acumulação, pode-se entender como as cidades tiveram vertiginoso crescimento e formação desde a revolução industrial na Inglaterra. Os trabalhadores que conseqüentemente foram às cidades por terem perdido seus terrenos estavam em grande parte em situação de miséria e viam-se obrigados a submeter-se como mão de obra às indústrias capitalistas.

¹¹ Isso significa o aumento do maquinário e da produtividade do trabalho (capital constante) em detrimento do trabalho vivo (salário pago aos trabalhadores, ou seja, capital variável).

No campo da construção civil, Ferro (1988) especifica a situação do século XIX na França:

Na França, ao longo do século XIX, a subordinação do trabalho na produção da construção, até então meramente formal (sem modificação substancial do processo de trabalho), tende a tornar-se real (com modificação substancial do processo de trabalho), como então está ocorrendo na indústria. O objetivo econômico genérico dessa transformação da subordinação formal à real ou, nos termos de Marx, da subsunção formal à real, é o aumento da mais-valia relativa obtida com a maior produtividade do trabalho, graças à introdução do maquinário e à prescrição cada vez mais exaustiva. Seu resultado, a desqualificação da força de trabalho e a diminuição do valor dos produtos necessários à sua reprodução, permite a redução dos salários e, portanto, o aumento dos lucros do capital. Essa transformação provoca alterações profundas na arquitetura e na construção. (FERRO, 1988)

A cidade e o processo de urbanização sempre foram essenciais para a reabsorção de excedentes ou até mesmo absorção de mercadorias e capital em momentos onde crises estão próximas de acontecer no capitalismo. Na Europa do século XIX, quando houve a grande crise de 1848, diversos movimentos políticos de burgueses utopistas e operários desempregados pareciam tentar traçar uma saída da crise e da ganância desse sistema econômico. A burguesia atacou esses revolucionários, e o resultado posterior foi a ascensão, na França, de Luís Bonaparte, lançando um golpe de Estado em 1851, e proclamando-se imperador em 1852 (HARVEY, 2014, p.33). O imperador sabia que, para permanecer no poder, deveria lançar uma grande ofensiva contra os movimentos políticos alternativos, porém também percebeu que haveria de lançar mão de um grande projeto para reabsorver todo o excedente de capital no qual havia gerado a crise, daí a necessidade de reinvestimento em infraestrutura e no urbanismo, não só na França, porém com estradas e infraestruturas em toda a Europa, chegando ao oriente (grande exemplo de obra nesse sentido foi o Canal de Suez). Ao momento histórico em que está sendo descrito, várias reformas foram postas em ação. Napoleão chama em 1853 George-Eugène Haussmann para dar conta do excedente com planos urbanos, deu-se então esses vários projetos urbanísticos, com aberturas de grandes avenidas em Paris, a destruição de ruas sinuosas (famosas por abarcar em momentos de revolta popular barricadas) e novas instituições surgiram, como exemplo as destinadas à ampliação do crédito (*Crédit Mobilier*). Isso por detrás da fachada da luta de classes, Harvey (2014) argumenta que foram métodos “keynesianos”¹² utilizados por Napoleão e seus

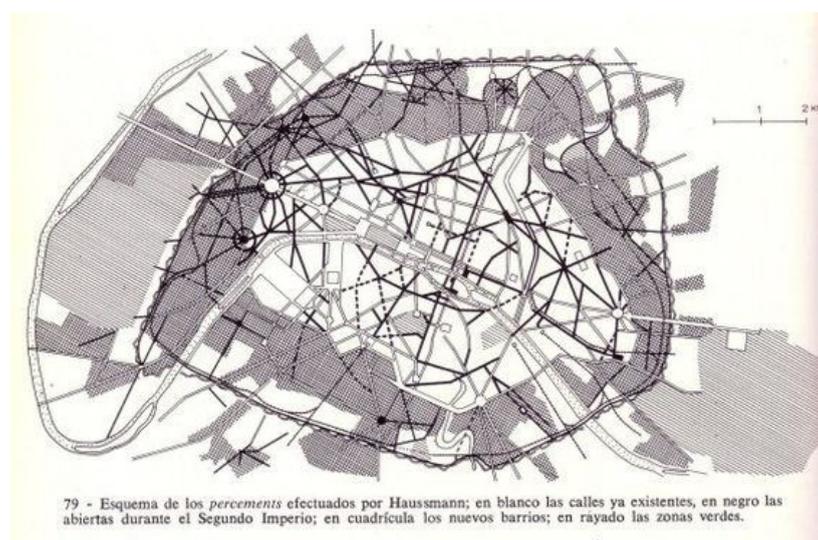
¹² Aqui poderia configurar uma espécie de anacronismo, já que o Keynesianismo é posterior em termos cronológicos. O que Harvey (2014) diz, remete ao fato de que Napoleão, Haussmann e os reformadores daquela época organizaram os processos de crise do capitalismo com novas formas de regularização social, econômica e burocrática (ampliação do estado e outros aparatos institucionais de controle), com processos “anticíclicos”.

seguidores para regular a grande crise na qual o capitalismo havia atingido. O plano urbano de Paris foi realizado em longo espaço de tempo, o que caracterizou mudanças profundas no desenho urbano da cidade (de 1853 até 1870). Logo depois, os trabalhadores tomariam a cidade com a Comuna (1871).

Tal processo de escoamento de capital excedente acontece até hoje, inclusive com o nome de gentrificação. Engels discorreu sobre esse fenômeno em 1872, em seu texto “A questão da moradia”:

Na verdade, a burguesia só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia - isto é, resolvê-lo de modo que a solução recoloca eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de "Haussmann" [denominação com a qual] me refiro à prática que atualmente se difundiu muito e consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e, particularmente, em áreas centrais, sem nada que justifique se isso é ou não feito por razões de saúde pública, pelo embelezamento da cidade, pela procura por grandes edifícios comerciais situados no centro ou, devido às exigências do tráfego, do assentamento de dormentes de estradas de ferro, da ampliação das ruas (o que às vezes parece ter o objetivo de dificultar as lutas em barricadas) [...] Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os becos imundos desaparecem, para grande alegria da burguesia, que se autocongratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer [...] Os focos das doenças, os buracos e porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores, volta a produzi-los em outros lugares (ENGELS, 1935, p. 74-77 apud HARVEY, 2014, p. 51)

Figura 2 - O Plano de Haussmann



79 - Esquema de los *percevements* efectuados por Haussmann; en blanco las calles ya existentes, en negro las abiertas durante el Segundo Imperio; en cuadrícula los nuevos barrios; en rayado las zonas verdes.

Fonte: Pinterest

Em que pese os planos da elite econômica em Paris tenha feito grande papel na retirada de liberdade dos trabalhadores após Haussmann e grande parte do capital acumulado tenha se desenvolvido em investimentos imobiliários e produtivos para manter a roda do capitalismo girando. O expansionismo inerente ao capital gera tensões, provoca guerras (no caso, a guerra Franco-Prussiana de 1870, foi um importante fator no declínio do governo bonapartista) devido à disputa por dominação cada vez mais necessária frente à competição pelo lucro. Nenhuma política “anticíclica” consegue por muito tempo parar o crescimento da composição orgânica do capital¹³, gerando crises que são claramente estruturais devido à queda da taxa de lucro acompanhada da crescente necessidade de exploração.

2.5 A COMUNA DE PARIS

A Comuna do século 19, fortalecida por sua experiência, fará melhor. Ela será comuna não somente no nome. Não será apenas comunalista, será comunista; revolucionária na política, também o será nas questões de produção e de troca. Não suprimirá o Estado para reconstituí-lo, e muitas comunas saberão dar o exemplo, abolindo o governo de procuração, evitando confiar sua soberania aos acasos do escrutínio. (KROPOTKIN, 2005a apud BAKUNIN et. al., 2021, p. 118)

Retomando o que Rolnik (1988) havia dito sobre as comunas da Idade Média terem uma relação de trabalho e produção diferentes da sociedade capitalista atual, Kropotkin deixa claro que havia uma grande diferença entre as comunas antigas e a comuna moderna do século 19:

A comuna da Idade Média procurava circunscrever-se a seus muros; a do século 19 procurou ampliar-se, universalizar-se, colocou a solidariedade humana. (KROPOTKIN, 2005a apud BAKUNIN et. al., 2021, p. 118)

Dentre a história da autogestão, é necessário recordar um dos maiores acontecimentos de quebra radical com a heterogestão¹⁴, a Comuna de Paris de 1871. Anteriormente, com o avanço da propaganda da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), as estruturas do Segundo Império na França foram abaladas, provocando uma série de derrocadas¹⁵. Em 2 de setembro de 1870, a Imperatriz Eugênia assinou, em estado de inconsciência, um decreto

¹³ A composição orgânica do capital, desenvolvido por Marx n' *O capital*, Volume III, se trata da razão entre capital constante (meios de produção) e capital variável (trabalho humano, pago em salários).

¹⁴ Heterogestão é um neologismo cunhado por Alain Guillerme e Yvon Bourdet para expressar o contrário de autogestão, ou seja, heterogestão é quando a gestão (política, econômica, social) é levada a cabo pelo outro (GUILLERM e BOURDET, 1976), pela burguesia ou de acordo com os interesses da burguesia em detrimento do proletariado: nesse caso, a determinação fundamental do processo é a extração de mais-valor.

¹⁵ Cf. GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 110

que abria a Guarda Nacional a todos os cidadãos¹⁶. Isso significou que um órgão de repressão e controle dos trabalhadores poderia ser “controlado” por eles, ou melhor, seria gerido, reestruturado e ressignificado pelos operários. Porém não só isso ajudou na autonomia dos trabalhadores como, durante um contexto de guerra (Franco-prussiana, de 1870-1871), a influência revolucionária e o avanço da consciência operária aliado a um contexto favorável, com apoio da pequena burguesia e até mesmo do lumpemproletariado, transformou a condição social operária da época, diferentemente de 1848, quando os operários tinham “todas as classes sociais contra si” (MARX, apud GUILLERM & BOURDET, 1976). Explode, assim, então, a insurreição de 18 de março de 1871.

A organização operária francesa¹⁷ em Paris nessa época de guerra civil foi um exemplo de autogestão, com os comitês de fábrica se reunindo todas as tardes para organizar o trabalho do dia seguinte¹⁸, os operários elegem seus gerentes, seus chefes de oficina, seus chefes de equipe e tinham também o direito de demitir, tinham controle sobre seus salários, horários, condições de trabalho. Ou seja, autogeriam suas fábricas de acordo com suas necessidades.

Com a expulsão dos cargos privilegiados e gerenciais e horizontalização das fábricas, a comuna abolia o patronato e o salariado. Foi considerado um “Governo bem barato”¹⁹, sendo a crítica da vida cotidiana, com a abolição da sociedade civil e onde a classe trabalhadora finalmente pôde se regular, como o autogoverno dos produtores: a comuna significou a supressão da propriedade privada, do Estado e da família. Deve-se notar que esse processo é o reverso do processo chamado por Engels de "Haussmann", no capítulo anterior, em que os operários eram expulsos dos centros das cidades por processos higienistas. A comuna significou a primazia do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, a apropriação dos meios de vida pelos trabalhadores foi a recuperação do centro urbano:

Deve-se notar que Haussmann não alcançou seu objetivo. Um dos sentidos da Comuna de Paris (1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada. Os operários expulsos para os bairros e comunas periféricas voltaram a apropriar-se do espaço que lhes havia excluído o bonapartismo e a estratégia dos dirigentes. Trataram de voltar a entrar em posse de

¹⁶ Ibidem, 1976, p. 110

¹⁷ privilegiada pela propaganda da Internacional que impedia uma investida da classe dominante Prussiana simplesmente lançar os operários alemães contra os operários franceses, naquele momento no poder (ibidem, 1976, p. 111).

¹⁸ DUNAYEVSKAYA, apud GUILLERM & BOURDET, 1976, p.111

¹⁹ MARX, apud GUILLERM & BOURDET, 1976, p.112

dentro de uma atmosfera festiva (guerreira, mas cheia de colorido).
(LEFEBVRE, 1976, apud PAULA, 2010, p.13)

Essa ruptura institucional, de convergência entre os poderes executivo e legislativo, o poder construído e executado pelo povo, não pôde durar muito, já que o ato criminoso de Thiers²⁰ afogou a comuna em sangue três meses após a sua insurreição.

Sabemos que a práxis se coloca na realidade de acordo com sua “construção de mundo”, no caso da práxis burguesa, podemos vê-la materialmente após a reforma urbana na Paris do Segundo Império: foram abertas grandes avenidas, para circulação de carros, batalhões, controle militar e material (circulação de mercadorias) e alijamento da liberdade dos trabalhadores (PAULA, 2010, p.136) que não tinham nenhum poder sobre aquele espaço. A materialização do mundo burguês remete imediatamente à uma necessidade de controle militar e burocrático justamente pela não correspondência dessa lógica idealista com a natureza humana. Paula (2010) compara as semelhanças da Insurreição de Paris com a greve geral de 1917 em São Paulo, onde, analogamente ao que ocorreu à Paris, operários retomando o que era obra deles, o centro da cidade, as fábricas, os espaços que deveriam ser públicos, porém estão totalmente separados dos arrabaldes onde os trabalhadores viviam²¹.

Recordando A Internacional Situacionista (CONCEIÇÃO, 2021)²², quase um século após a comuna (preparando o que posteriormente seria expresso na prática pelas revoltas e auto-organização dos trabalhadores e estudantes da França no maio de 1968), os situacionistas mostravam a necessidade de retomar o movimento operário clássico da comuna de Paris de uma forma “desenfeudada”, para mostrar que o reformismo e a instalação de uma burocracia estatal no poder são derrotas, e não avanços na democracia. Dentre as Teses sobre a Comuna, os autores recuperam Marx, que diz que "a maior medida social da Comuna foi a sua própria existência em atos". O que isso significa? Ora, os situacionistas recordam Engels, que disse “Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado”, diz também que essa afirmação deveria ser levada a sério já que foi a forma de autogoverno encontrada pelos

²⁰ Adolphe Thiers, presidente da França, enviou as tropas nacionais para dizimar a comuna.

²¹ Não é o foco neste tópico em discutir sobre a similaridade da apropriação operária em São Paulo e Paris, mas citando Amir El Hakim sobre a similaridade dos processos: “Nesses dias de conforto reinaram soberanamente os operários. Parando as ruas e as fábricas, dificultava-se a circulação de mercadorias. Para nós, esses movimentos permitiram na cidade uma nova geografia, mais livre, mais dinâmica e menos excludente. Por quase um Mês em São Paulo e três meses na Paris a cidade foi do operário, a geografia da cidade foi determinada pelo trabalhador!” (ibidem, p. 145)

²² Publicado na Internacional Situacionista em Abril de 1962, número 7, por Guy Debord, Attila Kotányi e Raoul Vaneigem.

produtores e chega também a comparar o fracasso da comuna com o fracasso da revolução espanhola em 1936, com o avanço de setores reacionários em detrimento dos setores revolucionários de autogestão, dado pelo avanço do reformismo no estabelecimento uma burocracia de Estado (CONCEIÇÃO, 2021, p.30) para acalmar os ânimos revolucionários.

O mais importante para entendermos a Comuna como um ato de realização de um urbanismo revolucionário é explicitado pelos situacionistas relembrando quando os comunardos atacaram os signos petrificados da organização dominante da vida, entendendo que o espaço é resultado de sua estrutura política, “não crendo que um monumento possa ser inocente”²³. A situação específica é a rememoração da anedota dos incendiários que se chocaram com os artistas da comuna ao haver uma tentativa de destruir a igreja de Notre Dame (ibidem, p. 50).

Notadamente, os artistas conseguiram defender o edifício, portanto a destruição de signos do passado não é feita a esmo, já que para os artistas a igreja possui “valor artístico”, nesse sentido a comuna, para os situacionistas, representou uma espécie de democracia direta, o próprio povo, entre suas discordâncias e concordâncias, decidiam o que era melhor para o geral, construindo sua própria realidade sem a intervenção de superiores, sejam eles burocratas ou capitalistas.

O ponto mais marcante está na discussão sobre a anedota dos incendiários que foram destruir Notre-Dame e dos batalhões de artistas comunardos que ali estavam para defendê-la. A Internacional Situacionista coloca neste ponto a importância da democracia direta. Para a Internacional Situacionista, a possibilidade desses dois grupos que estão lutando juntos e naquele momento discordam de um aspecto desta luta deve ser levado em consideração e ser encarado não somente como uma trivialidade, mas sim um debate político de ideias, que para a Internacional Situacionista deveria ser resolvido através da perspectiva do poder dos conselhos. Desde a sua virada para uma atuação mais política de fato, a Internacional Situacionista reconhece os conselhos operários como o único modo de superação da sociedade capitalista, pois neles estão embriões de uma sociedade autogerida, capaz de travar uma luta revolucionária que expressasse a vontade dos trabalhadores, pois são eles que estão na sua base e são a sua direção. (CONCEIÇÃO, 2021, p. 76)

O gérmen radical da crítica do Estado e da política, contidos desde a “crítica da filosofia do direito de Hegel”, foi a expressão da Comuna de Paris, na prática e nas ideias. Lefebvre reafirma que o que foi desenvolvido no início do pensamento Humanista Radical de

²³ Aqui, pode-se ver até hoje formas de expressão e revolta por parte de grupos específicos da população, com relação à destruição de símbolos de poder e opressão, como foi o caso dos ativistas que queimaram a estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo (2021).

Marx “tomou corpo”, e diz: “A missão histórica do proletariado não é somente prosseguir o desenvolvimento das forças produtivas, é também pôr fim ao Estado e à política” (CONCEIÇÃO, 2021, p. 44)²⁴.

Viana comenta que na comemoração da Comuna pela Internacional Situacionista houve uma tentativa de projetar seu projeto específico na Comuna (ibidem, p.25). Para que a Comuna de Paris seja lembrada pela perspectiva de seu principal agente criador, o proletariado, é importante que se esclareça que, assim como outras experiências revolucionárias, houveram diversos escritos contra e a favor da mesma.

Marx expressa o mesmo em seus escritos sobre a Comuna, sobre a variedade de grupos com diferentes interesses que a interpretaram a seu favor, justifica exatamente que a experiência da Comuna era uma forma “perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo que foram todas fundamentalmente repressivas”:

Reside aqui o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho. (Marx, 2011 apud VIANA, 2012, p. 21)

²⁴ Contrariamente ao que pensavam os pseudo marxistas, autores estatistas, como Lênin ou outros que pensavam a história e a dialética como uma fórmula (como o exemplo “etapista” de transição do capitalismo para o socialismo como regra histórica), essa perspectiva é “expressão teórica do movimento do proletariado revolucionário” (KORSCH, 2019). Para entender melhor essa deformação e toda a insuficiência do pensamento leninista (dialética mecanicista), ver livro já citado neste mesmo trabalho (FERREIRA e TELES, 2021).

3.0 A SOLIDIFICAÇÃO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XX

A comuna de Paris, junto ao sonho de um mundo novo foram derrotados, mas apenas por ora. O capitalismo passa por novas mudanças, adequações e processos complexos de desenvolvimento no novo século.

Sérgio Ferro (1988) mostra outras formas de evolução do capitalismo com formas de retirada de autonomia dos trabalhadores e maior extração de mais-valor relativo. Na arquitetura e construção, essas mudanças ocorreram na forma de produção e hierarquização do conhecimento do processo produtivo, como foi o caso do concreto armado, imitando o mesmo processo de retirada de autonomia com hierarquização de conhecimento e processos técnicos como fora no passado com Brunelleschi:

No caso do concreto, as vantagens para o capital começam a chamar a atenção mais tarde, na virada do século somente (na França, bem antes na Inglaterra), e elas não se limitam à simples redução imediata de custos. O mais importante é que não há em torno dele (menos ainda que do ferro) um saber-fazer historicamente acumulado, uma tradição de ofício que solde a aliança dos trabalhadores preocupados com sua fabricação e emprego. O saber-fazer ainda ausente ou incipiente não constitui, portanto, uma arma, um monopólio operário que possa ser utilizado na luta de classes, lastrear greves de ação direta, ao contrário do que ocorre nos ofícios da pedra e da madeira. Por isso mesmo o concreto é uma arma – mas para o capital. (FERRO, 1988, p.10)

O problema da retirada de autonomia dos trabalhadores para maior extração de mais-valia de seu tempo de trabalho (e processos de “aprimoramento” tecnológico que surgem como motivo para maior exploração, relacionados à mais-valia relativa), com consequente acumulação de capital, é em si o objetivo, e no caso tais ações são manejadas pelos burgueses e burocratas, articulados pelo domínio da propriedade privada ou “pública” (estatal). Essas relações (aparentemente técnicas, organizativas, “neutras”) fazem parte de uma totalidade, incluindo também sua reprodução por meio de relações sociais. Ou seja, a questão da libertação do trabalho Humano e da distribuição do conhecimento não se resumem meramente numa questão de redistribuição de renda ou garantia de direitos trabalhistas para estes trabalhadores, e sim de uma radical mudança nas relações de produção e de ordem social, ou seja, os trabalhadores devem se reconhecer como “classe para si” e dissolver os

grandes oligopólios de poder, construindo paralelamente a alternativa autogestionária, pois o próprio desenvolvimento do capitalismo produz novos estamentos, classes e frações de classe se autonomizando para gerir novas formas de regularização dos mecanismos de mercantilização capitalistas. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser (1980) argumenta que o marxismo ficou no terreno da prática e não se sistematizou teoricamente, lembrando Gramsci como um dos teóricos que avançou na via do desenvolvimento teórico do marxismo. Althusser tenta, então, analisando criticamente o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, simplificar o sistema de Gramsci introduzindo suas terminologias que remetem às estruturas ideológicas e repressivas do Estado (aparelhos ideológicos de Estado e aparelhos repressores de Estado).

Os aparelhos ideológicos do Estado são claros quanto ao seu funcionamento, embora sejam secundariamente também repressivos.

Exemplos de AIE (aparelhos ideológicos de Estado) são a igreja, escola, família, sistemas jurídico, político, a imprensa burguesa, entre outros, enquanto alguns exemplos de ARE (aparelhos repressores de Estado) seriam o governo, administração, prisões, tribunais, polícia. Todas essas instituições ou estruturas administrativas ganharam cada vez mais força (prática e ideológica), ou seja, ganharam um aspecto essencial no capitalismo, angariando novos esforços para que a reprodução da sociedade burguesa continuasse, e este caracteriza o significado histórico da classe burocrática, que se desenvolve ainda atualmente, porém teve grande crescimento nos séculos XIX e, principalmente, XX:

A burocracia já foi nomeada sob várias formas: burocracia, tecnocracia, gestores, Tecnoburocracia, intelligentsia, classe dirigente, gerentes, nomenclatura, etc. Na concepção marxista, Marx utilizou burocracia para tratar da burocracia estatal e usou gerentes para tratar da burocracia empresarial e o termo utilizado pelos demais foi, com raras exceções, o mesmo. Se Marx colocou a classe burocrática no seu campo perceptivo e os ideólogos tentaram excluí-la, ela voltou devido às mudanças históricas e à percepção do significado histórico e político da burocracia. Esta é a questão fundamental a ser tratada aqui: qual é o significado histórico da burocracia, ou seja, qual função ela cumpre e para que ela serve no processo histórico e nas lutas de classes. (VIANA, 2021c, p.19)

Assim, é necessário perceber que não há apenas duas classes sociais (burguesia e proletariado), essas são, de acordo com a teoria marxista, as classes fundamentais. O leninismo, herdeiro da teoria de vanguarda do kautskismo, é uma deformação da concepção dialética marxista (na qual a classe proletária se autodetermina como classe “para si”), por

isso precisaria de uma vanguarda para imbuir a ideologia revolucionária na classe proletária, assim:

O leninismo surgiu como a ideologia que expressa os interesses de parte da burocracia, que visa se tornar classe dominante. Obviamente que, por sua posição na divisão social do trabalho, a burocracia não tem condições de constituir novas relações de produção. E também não tem força suficiente para enfrentar a burguesia isoladamente, pois não tem o seu poder financeiro, o controle da acumulação de capital, a hegemonia na sociedade civil, etc. É por isso que a burocracia extremista precisa do apoio popular, especialmente do proletariado. Para tanto, realiza uma assimilação e deformação do marxismo e se diz representante do proletariado, para assim conquistar seu apoio e dirigi-lo. Isso é expresso magistralmente na ideologia da vanguarda, esboçada por Kautsky e desenvolvida por Lênin sob forma mais extrema [...] Desta forma, a burocracia surge, historicamente, para colaborar com a burguesia no sentido de reproduzir o capitalismo e, mesmo em seus setores mais autonomizados e extremistas, o máximo que conseguem é implantar um capitalismo de Estado, o que significa reproduzir o capitalismo, só que sob outra forma. A burocracia, por conseguinte, é uma classe conservadora e contrarrevolucionária e só perde para a burguesia, entre todas as classes existentes, no grau de conservadorismo e caráter contrarrevolucionário. (VIANA, 2021c, p.24-25)

Essa perspectiva apenas fortalece a visão reformista e não supera a necessidade do Estado, que Marx (2011b) colocou como algo a ser extinto já desde “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”.

3.1 LUTA DE CLASSES: O REFORMISMO NA CONTRAMÃO DA PERSPECTIVA OPERÁRIA

Historicamente o gérmen dos organismos operários foram os comitês de greve, e em vários momentos pode-se observar que estes comitês evoluíram para construções mais sólidas, como os *soviets* (conselhos dos trabalhadores). Historicamente rememora-se a forma conselho por meio dos *soviets*, mais conhecidos os de 1917 na Revolução Russa, porém é necessário destacar que eles haviam surgido, também, pelas articulações das lutas dos trabalhadores em 1905 na Rússia, e pressionaram o governo autocrático czarista que introduziu as Dumas estatais como “órgão opção” ao povo, prometendo introduzir liberdades civis básicas e ampla participação popular nestes órgãos, uma mera tentativa de “reforma” ou dar migalhas aos trabalhadores para a manutenção do poder czarista. De fato, essas promessas se converteram, no máximo, em algumas poucas concessões e direitos básicos aos trabalhadores russos, que haviam presenciado anteriormente atos brutais por parte do governo, como o domingo sangrento em São Petersburgo (1905). Posteriormente, a

insatisfação continuou e explodiu a revolução de 1917, com os *soviets* sendo a forma escolhida pelos trabalhadores por meio da auto-organização de suas lutas, desenvolvida a partir de comitês de greve. A Rússia da época passava por muitas dificuldades, fome, economia devastada e inclusive a revolução presenciou forte oposição militar (como o exército branco e os czaristas). Porém, o que se desenvolveu na “superestrutura” política da vanguarda revolucionária pode ser bem explicado por Tragtenberg:

É nessa conjuntura de guerra civil interna e invasão estrangeira que os dirigentes do PC russo procuram, em primeiro lugar, vencer os invasores e ao mesmo tempo reorganizar a economia devastada. É quando Trotsky proclama o regime do “comunismo de guerra”. Os diretores de empresas industriais passariam a ser nomeados pelo Partido que detém o poder de Estado, e as unidades onde houve administração coletiva ou autogestionada deveriam subordinar-se à nova medida.

Paralelamente Lenin introduz o taylorismo na URSS, significando, portanto, a volta à hierarquia nas fábricas, ao planejamento restrito a um corpo de especialistas e à mão-de-obra realizando o que a cúpula técnica define como sendo os objetivos das empresas. Embora considerasse o taylorismo uma forma de organização do trabalho tipicamente capitalista, Lenin argumentava que o poder estava com o Partido e isso garantia a supremacia da classe operária no país. Assim, a técnica taylorista poderia ser colocada a serviço do proletariado. (TRAGTENBERG, 2008, p.46)

Essa atitude de líderes pertencentes a uma “vanguarda”, o dirigismo dos “mandarins” da ordem social, que retira à força a autonomia dos operários a partir da instrumentalização do Estado e de formas de gestão não neutras (ideológicas) como o taylorismo, significa não uma revolução, mas uma contrarrevolução burocrática (FERREIRA; TELES, 2021).

O Partido Bolchevique se aproveitou da fragilidade econômica em que a Rússia se encontrava, em guerra civil entre os exércitos czaristas e outros setores contrarrevolucionários e revolucionários, para aparelhar o Estado Russo e controlar os trabalhadores, isso significa a separação entre ser e consciência, a retirada de autonomia de gestão horizontal dos conselhos de fábricas e *soviets*. O taylorismo representava o controle absoluto da produção para o crescimento e retirada de maior quantidade de mais-valor relativo e reinvestimento nas “forças produtivas”²⁵. Isso era feito com a contagem do tempo de produção por cada operário individualmente (ibidem, 2021), além do estímulo à maior

²⁵ Aqui é de fundamental importância lembrar que forças produtivas compõem capital constante e capital variável. No caso, estava havendo uma superexploração do trabalho alienado do proletariado e campesinato Russo para o “desenvolvimento das forças produtivas”: esse é um discurso ideológico pseudomarxista no qual considera apenas “forças produtivas” como capital constante, e não os trabalhadores (capital variável). Um desenvolvimento de fato das forças produtivas passa necessariamente pelo processo de desenvolvimento do proletariado como classe para si, e para tal é necessário o desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores com seus órgãos horizontais de autogestão social.

competição no ambiente de trabalho pela implementação do pagamento por peça produzida. Taylor era a favor da eliminação da “improdutividade” nas fábricas. Taylor foi um operário que ascendeu socialmente, primeiro como controlador e gestor dos operários da fábrica em que trabalhou como operário, depois se formando como engenheiro e criando seu método de gestão para fazer os donos de fábricas terem mais lucros e poderem ser mais competitivos no mercado.

A instrumentalização do Estado e as técnicas de gestão são inerentemente capitalistas, Lenin (implementando o taylorismo) e Trotsky, com a máxima de militarização do trabalho e consequente dizimação dos comitês de fábrica e da autogestão significaram o fim da revolução na URSS, por sufocamento dos órgãos revolucionários dos trabalhadores. Brinton (1975) destaca que antes do fim de 1918 a revolução já estava basicamente dizimada pelo partido Bolchevique, devido à tomada do partido dos órgãos de autogestão dos trabalhadores russos. Tragtenberg já havia citado a “[...] impossibilidade de coexistência de uma ação autônoma da classe operária com o Estado bolchevique [...]” (TRAGTENBERG, 2006, p.53), se referindo à oposição do governo bolchevique contra a Makhnovtchina²⁶, na qual seria a continuação da luta travada pelos marinheiros de Kronstadt (1921) e o grupo Oposição Operária, dirigido por Alexandra Kollontai (1921).

Isso significou o fim dos comitês de fábrica e da autogestão nas empresas. A nova palavra de ordem de Trotski era: trabalho, ordem e disciplina. Assim, já em 1920, das 2.051 empresas importantes, 1.783 estavam sob direção de um administrador nomeado pelo Estado (KOLLONTAI, 1980, p.25).

Logicamente, a primeira conquista da Revolução Russa, isto é, o controle dos meios e do ritmo de produção pelos próprios trabalhadores, tinha sido usurpada pelo Estado e pelo Partido que o dirigia.

Vinculado ao novo processo, o novo governo estabeleceu a “militarização do trabalho”, no qual o salário passava a cumprir a mesma função que tem na economia capitalista clássica. (TRAGTENBERG, 2008, p.46-47)

O objetivo de acabar com a hierarquia social e a exploração é um objetivo comum entre os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, por isso a existência da primeira internacional (AIT). As classes sociais, no entanto, serão banidas apenas se o protagonismo na construção do comunismo for realizado pela própria classe trabalhadora,

²⁶ A Revolução ocorreu na Ucrânia em 1918, um de seus líderes foi Nestor Makhno. Para mais informações, ver TRAGTENBERG, 2006, p.53

relembrando os dizeres da primeira internacional²⁷, para que os trabalhadores não caiam no que Engels chamou de “socialismo jurídico”, ou citando Marx:

Quanto ao que nos concerne, temos diante de nós, levando em conta todo nosso passado, um único caminho a seguir. Há quarenta anos, colocamos em primeiro plano a luta de classe como força motriz da história, em particular, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como a mais poderosa alavanca da revolução social. Portanto, é nos impossível caminhar junto com pessoas que tendam a suprimir do movimento essa luta de classes. Quando fundamos a Internacional lançamos em termos claros seu grito de guerra “a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatros cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que eles devem ser libertados pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses. (MARX; ENGELS, 1978, apud FERREIRA; TELES, 2021 p.119)

Portanto, não será a partir de uma organização que não é genuinamente da classe trabalhadora que essa emancipação será concretizada, certas classes sociais e frações de classe insistem em tentar convencer os trabalhadores de que partidos políticos (no qual, caso vençam a eleição, terão de se adaptar ao Estado burguês) são revolucionários²⁸, ou de que é possível mudar a estrutura social por meio da educação na universidade (“fábrica de ensinar” burguesa), ou assumindo um cargo em determinada empresa estatal, tentando “mudar o sistema por dentro”, nesse caso, apenas pela práxis social pode-se mudar profundamente a sociedade, retomando Lefebvre (2001) com seu método transdutivo:

[...] *A transdução*. É uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de “modelos”, da simulação, do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto *possível*, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (*feedback*) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia. (LEFEBVRE, 2001, p. 110, grifos do autor)

3.2 A PERSPECTIVA CRÍTICA MARXISTA

Para muitos observadores superficiais, tudo o que se praticou ou se pratica ainda nos “países socialistas” (mesmo que se injuriem uns aos outros) é a encarnação do marxismo. Marx é tão mal conhecido, e os efeitos do “centralismo democrático” se conhecem tão bem, que muitas pessoas não chegam a compreender que um “marxista” possa ser partidário da

²⁷ “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.” (MARX e ENGELS).

²⁸ Para desmistificar este mito, Cf. VIANA, “o que são partidos políticos”, editora Germinal, 2003.

autogestão. (GARAND, Albert, *L'autogestion* apud GUILLERM, BOURDET, 1976, p. 81)

Para que o processo de urbanização avance no sentido de um urbanismo democrático, muito além apenas do direito individual, necessita-se do exercício do poder coletivo, superando estruturas oligárquicas de poder (investidores, banqueiros, conglomerados, multinacionais, Estados nacionais etc.) as quais influenciam no planejamento do espaço apenas para a necessidade de continuar o ciclo de reprodução e acumulação do capital. Julgamos que a melhor forma de exercício do poder coletivo se dá pela autogestão social.

Harry Braverman (BRAVERMAN, 1981, p. 56) analisou a expansão do capitalismo monopolista no século XX, sobre como esse “caráter infinitamente plástico” do trabalho humano nas condições concretas do capitalismo faz com que o capitalista encontre o “recurso essencial para a expansão do seu capital”. Formas posteriores de dominação do trabalho além do taylorismo no objetivo e resultados de extração de mais valor-relativo foram diversas, entre fordismo e toyotismo. É imperativo lembrar que isso é um dirigismo que vai contra os objetivos da classe trabalhadora como classe “para si”, é deformar os objetivos derivados da força de trabalho, é reduzir a potencialidade de seres humanos e instrumentalizar sua força de trabalho (capital variável) vendida e explorada, alienada em propriedade e acúmulo para os capitalistas. Braverman (1981) demonstra, antes de desenvolver sobre a divisão do trabalho, como o que é imperativo de diferença entre o trabalho humano e o animal é a teleologia deste trabalho, a capacidade de abstração sobre um objetivo e depois concretizá-lo materialmente com suas próprias mãos, eis aqui a representação e potencial do “ser consciente de si” (a separação entre ser e consciência é obra de ideólogos burgueses que buscam controlar a produção material para ganho próprio), que não tem o desenvolvimento de suas habilidades produtivas delimitadas como que se desenvolve e se molda de acordo com a vontade humana, não como o inatismo do trabalho do pássaro tecelão da África do Sul (BRAVERMAN, 1981, p. 50), e sim como um processo em que se pode debruçar e se dedicar aos meios para chegar a um determinado fim (teleologia).

É preciso, também, por decorrência da reprodução ideológica dentro da sociedade capitalista, se atentar a pensadores que se denominavam marxistas, porém desenvolveram concepções ideológicas como se fossem marxistas. Althusser (1980) ressalta os esforços de Lênin com o aparelho ideológico educacional, para “permitir ao proletariado soviético, que tinha tomado o poder de Estado, assegurar o futuro da ditadura do proletariado e a passagem

ao socialismo”. Ou seja, o autor quer dizer que, o Estado, como entidade que funciona de acordo com a ideologia da classe dominante, e se essa classe dominante é o proletariado que “tomou o poder de Estado”, então é necessário que tenha que se exercer um esforço na luta dentro desses aparelhos ideológicos na “direção do socialismo”. Porém, a “classe”, ou a “aliança de classes” não “domina tão facilmente esses aparelhos ideológicos de Estado”, porque a resistência das classes exploradas pode encontrar meios de se exprimir nesses aparelhos, seja utilizando as contradições dessas instituições, seja conquistado, pela luta, posições de combate. Althusser busca, então, instrumentalizar os aparelhos ideológicos do Estado a favor da classe trabalhadora. Althusser (1980) acaba demonstrando mais afrente ser partidário da lógica Trotskistas e Leninista de revolução, interpretando “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” de Marx (2011b) com lentes jacobinistas, nas quais veem o processo de destruição do Estado como seu “definhamento” por meio de reformas e progressivo aprimoramento institucional, assim, conclui “essencialmente” que:

[...] o proletariado deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente, e, numa primeira fase, substituí-lo por um aparelhos de Estado completamente diferente, proletário, depois em fases ulteriores, iniciar um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder de Estado e de todo o poder de Estado). (ALTHUSSER, 1980, p.38)

O conceito de autogestão no desenvolvimento do movimento marxista e libertário se expressou por meio de vários intelectuais muitas vezes hoje ignorados ou pouco conhecidos e mencionados pela academia, também é necessário destacar que autogestão é um termo vasto, sendo assim, necessário realizar aqui uma delimitação importante do que significa autogestão num sentido amplo, não restrito à pequenas experiências dentro do próprio capitalismo. Anton Pannekoek, Karl Korsch, Herman Gorter, Helmut Wagner, Otto Rühle, nomes do marxismo libertário, guiaram desde o começo do século XX a crítica às deformações autoritárias do pensamento de Karl Marx, após presenciarem a dominação e luta em 1920 do partido Social Democrata Alemão (SPD) contra os “embriões da nova sociedade” (conselhos operários), isso, aliado à crítica radical do desvio social democrata da segunda internacional com Kautsky e Bernstein, ou o posterior bolchevismo com Lenin²⁹, porém não havia ainda

²⁹ Alain Guillerm e Yvon Bourdet destacam a importância de “estudar as lutas constantes entre as ideologias reformistas (Proudhon, Lassalle, Kautsky etc.) e os teóricos revolucionários (Marx, Bakunin, Luxemburg, Pannekoek)” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p.33), e logo nos advertem sobre a ambiguidade de Trotsky e Lênin. Especificamente Lênin demonstrou em sua práxis durante a revolução russa como seguidor de Kautsky, no sentido de, diferentemente do que Marx pensava, a consciência de classe do proletariado não viria dele mesmo, e sim deveria ser “incutida de fora” (no caso de Lênin, pela “vanguarda” do partido bolchevique). Nesse

um direcionamento e uma solidificação do pensamento de autogestão social. O entendimento comum e desenvolvimento do comunismo libertário foi se solidificando cada vez mais com o tempo. Yvon Bourdet e Alain Guillermin (1976) em seu livro *Autogestão: uma mudança radical* trazem uma linha de desenvolvimento sobre a autogestão social: diferente do que seria taxado como democracia direta, “cooperativismo” ou outras formas isoladas de “autogestão” de empresas, por exemplo. A autogestão social seria o que foi chamado por Marx de “autogoverno dos produtores livremente associados”, ou seja, a gestão dos trabalhadores não só da produção (economia), mas também do que chamamos hoje de política (reservada à uma casta apenas, os políticos), e da totalidade da vida social.

A autogestão não é uma “espécie de bálsamo destinado a adoçar os males da sociedade atual, mas implica mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p.14). A participação, co-gestão, controle operário (utilizado pelos bolcheviques) e cooperativas são formas de organização dentro do próprio capitalismo, ou seja, coexistem com a propriedade privada, o Estado e todas as devidas superestruturas ideológicas que se erguem mediante essas relações materiais e de produção, também não configuram autonomia da classe operária como autodeterminante, essas gestões foram estimuladas historicamente em momentos em que era necessário barganhar a liberdade de produção dos trabalhadores com reformas e ganhos ínfimos a fim de manter uma maior competição ou para acalentar a luta de classes, mantendo os trabalhadores mais “pacientes” com relação à sua situação. Os meios para a superação do capitalismo para chegar a uma sociedade sem classes passariam, portanto, por instituições que fossem legitimamente dos trabalhadores, não dominadas por classes auxiliares à burguesia (alta burocracia) ou pela própria burguesia, no sentido de instaurar o “autogoverno dos produtores”.

[...] enquanto as cooperativas existem bem ou mal há mais de um século, sem contestar seriamente o sistema capitalista, *o que chamamos de autogestão é outra organização nacional* (ou, melhor ainda, uma *federação de nações* de vocação mundial) *que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas* segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos.

Assim, enquanto a participação, o controle operário e as cooperativas concernem apenas à produção e à economia, a autogestão é uma

sentido, Lênin não acredita que o proletariado possa ser classe “para si”, ou seja, separa o ser e a consciência. Esse processo é em grande parte derivado pelo fato de Lênin ter desenvolvido um materialismo mecanicista (FERREIRA, TELES, 2021).

transformação radical, não somente econômica mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os “seus negócios” por todos os homens. (GUILLERM, BOURDET, 1976, p.30-31, grifos do autor)

[...] para nós, autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, *que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social*. (GUILLERM, BOURDET, 1976, p.41, grifos meus)

Quando se pensa em “autogestão”, muitas vezes somos levados a encontrar em Proudhon (1846) um suposto “pai” da autogestão, porém é necessário esclarecer que há limitações na análise de Proudhon da luta de classes e dos meios utilizados na luta dos trabalhadores (GUILLERM, BOURDET, 1976, p.56-57). Proudhon foi um grande crítico do Estado, considerava a propriedade um roubo e era a favor da associação de operários, para que se organizassem e substituíssem a necessidade de patrões. O problema maior é como ele quer chegar ao fim do capitalismo por meio dessas associações de apoio mútuo, ou “associações mútuas” (ibidem, p. 58). Um Banco do Povo seria criado para fornecer crédito gratuito para associações obreiras, que se desenvolveriam sem atritos em apoio mútuo às associações de fábricas. Dessa forma ele postulava que por essas estruturas o Estado desapareceria com o tempo, sem revoluções sangrentas ou revoltas. O problema é que dentro do próprio capitalismo é impossível que um banco mutualista (contrassenso pelo próprio termo “banco”) juntamente à associações obreiras que podem facilmente serem seduzidas por meio de reformas pelos capitalistas seriam a solução para o desaparecimento do Estado. Guillerme e Bourdet (1976) mostram, dessa forma, a proximidade de Proudhon com o reformismo, pois foi possível observar no lassalismo, também, semelhante pensamento e prática desse tipo de associação operária, que depois se desenvolveu na jogada oportunista que Lassalle praticou (como grande deformador do pensamento de Marx) que criou o programa da social democracia alemã juntamente aos “marxistas” em Gotha, criticada por Marx em “crítica do programa de Gotha”. Marx se aproxima mostrar mais próximo das teses autogestionárias modernas, se afastando da social democracia ou do bolchevismo (ibidem, 1976, p.58).

Marx, no Manifesto Comunista, qualificou o socialismo de Proudhon de socialismo “burguês”, querendo dizer com isso que era reformista. Proudhon, com efeito, na sua maneira de substituir a contradição pela conciliação, foi o primeiro a formular genialmente a teoria reformista.

Com inteira justiça, essa teoria e sua prática foram qualificadas por Marx de “burguesas”. Não que Proudhon seja o apologista da burguesia, mas porque ele é o teórico da “classe operária empírica”, cujos interesses (ter uma parte maior do bolo) não são contraditórias (no sentido de Hegel) em relação aos da burguesia, mas simplesmente opostos. Para a burguesia, o importante não é tanto a repartição do bolo, senão o fato de que o bolo – o capital – cresce “indefinidamente” graças ao salário e à mais-valia, ou seja, graças ao trabalho. Mas a época e o lugar em que Proudhon escreveu se presta mal a uma teoria reformista coerente (somente Bernstein, mais tarde, poderá elaborá-la); o capitalismo não tem uma capacidade indefinida de crescer sem choques, daí as reformas [...] (GUILLERM, BOURDET, 1976, p. 58 -59)

Proudhon (2017) ressalva que seu sistema “amaciará como o óleo, acabando por absorver progressivamente, sem expropriação violenta, todas as indústrias [...]” (ibidem, p. 58), Marx não o acusou seu socialismo de “burguês” porque ele era burguês, Proudhon, filho de operário e também operário, apenas foi um teórico da “classe operária empírica”, que mantinha a “dialética senhor x escravo” porque justamente mantém os interesses dos operários não como classe para si, mas como classe em si, mantendo a dicotomia entre operário e burguês, o operário de Proudhon quer “uma parte maior do bolo”, isso não é contraditório para Hegel, porém o é para Marx (GUILLERM e BOURDET reafirmam que o “[...] desdobramento de uma contradição supõe a destruição - violenta - dos dois termos em causa (mesmo que um de seus elementos sejam conservados); não só a oposição não veta a conciliação, mas, ao contrário, ela a admite; uma luta indefinida entre dois opostos não se pode conceber sem uma conciliação permanente.”). O posterior Federalismo de Proudhon (ibidem, p.58) tem um pequeno avanço com relação ao mutualismo, já que era preciso pensar uma forma superior e de maior escala de organização dessas comunas federadas, porém não entra no cerne da questão sobre como a forma de produção e reprodução dessa sociedade seria, não há uma crítica sobre como a classe trabalhadora iria abolir as classes sociais para a libertação humana, caindo, assim, na metafísica, já que o salariato não iria embora na solução dele, inclusive o próprio Bakunin (1872) deixou isso claro, apesar de mais tarde ter sido dissidente de Marx na Internacional.

Ora, Marx demonstra (em O capital) que a objetividade das leis econômicas não é apenas uma ideologia burguesa, mas a realidade da burguesia. As leis do mercado vendidas por Proudhon, agindo numa dispersão de comunas heterogêneas, são tão pesadas quanto o capital reunido nas mãos de um grupo de capitalistas. (GUILLERM, BOURDET, 1976, p. 60)

Após tantas informações e explicações sobre o que seria a autogestão social, é de suma importância deixar claro que a produção da sociedade como um todo, inclusive do

espaço, a arquitetura, o urbanismo (e o que nos é escondido: o trabalho humano) seriam radicalmente mudados numa sociedade autogestionária. A autogestão é uma “relação social fundante de uma nova formação social, uma nova sociedade.” (VIANA, 2008, p.60), diferentemente da democracia representativa, que difere totalmente do processo de autogoverno, ou de “livre associação dos produtores”, segundo expressão de Marx, a democracia representativa seria uma forma de reprodução da divisão da sociedade de classes, uma forma de dominação.

Com relação à fórmula estatista e deformada de socialismo, do chamado “marxismo ortodoxo”, com a tomada do poder de Estado por uma vanguarda revolucionária para a “fase inferior” do comunismo (socialismo), onde o proletariado assumiria o poder de Estado e impor a “ditadura do proletariado”, e a “fase superior”, quando o Estado haveria definindo e o comunismo estaria plenamente desenvolvido, devemos pensar que os meios escolhidos por esses “socialistas” para o fim do comunismo não se correspondem.

O essencial aqui é derrubar as concepções deformadoras do pensamento de Marx com relação ao que ele chamou de “autogoverno dos produtores” (MARX, 2011), e mostrar como, apesar de nem os anarquistas, nem comunistas terem usado a palavra “autogestão” em sua época³⁰ a concepção de Marx sobre a ditadura do proletariado mudou radicalmente desde seu esboço no Manifesto Comunista de fórmulas estatizantes (no final da seção II do manifesto há medida de implementação de “imposto progressivo”, entre outras medidas) até o acontecimento da Comuna de Paris (1871), tanto que no posfácio da segunda edição alemã do Manifesto (1872) já muda radicalmente de opinião e retifica sua posição contra o reformismo da social democracia alemã posteriormente atacada por ele, como aqui já foi discutido anteriormente.

³⁰ Essa palavra surgiu na década de 60 na França, como tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje*, para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 11).

4.0 O DESENVOLVIMENTO IDEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DA ACUMULAÇÃO

Essa visão atomizada do mundo, individualista, ou dentro dos limites da democracia burguesa são reflexos da ideologia dominante, impulsionada nas últimas décadas pelo neoliberalismo pelos ditames e fórmulas de autores como Milton Friedman, Friedrich Hayek e outros integrantes da chamada Escola de Chicago de economia. Nomeada nos anos de 1950, a escola influenciou governos como o de Pinochet no Chile (1970) com o grupo “Chicago Boys” de economistas liberais³¹ e mais tarde de Margareth Thatcher e Ronald Reagan (1980). Dependendo do nível de avanço da luta de classes em determinado contexto social, a alienação dos trabalhadores pode ser maior ou menor. A não compreensão dos trabalhadores da totalidade das relações sociais, entendendo que o engendramento dessas relações não se dá de forma isolada (individual) e sim coletiva, reflete nos espaços sociais a alienação e entendimento precário da realidade. Um exemplo é o trabalhador que adere às estruturas ideológicas ou concretas de exploração, alienado e sendo determinado e gerenciado por outras classes sociais (a burguesia é determinante nesse processo, porém a burocracia, principalmente os mais altos cargos burocráticos, servem para reforçar o gerenciamento e extração de mais valor da força de trabalho). Sobre a exploração da força de trabalho e ideologia, é comum encontrar na comunidade acadêmica, como na arquitetura, profissionais acreditarem piamente que esses tipos de relações danosas à sociedade (problemas ambientais, exploração do trabalhador, entre outros) no geral podem ser resolvidas com um planejamento urbano específico, modificações ou um novo plano diretor para a cidade, ou até mesmo formas de ação individual que visam a “sustentabilidade” ou pautas de luta individual, sem fazer uma crítica da totalidade das relações de produção e reprodução social. Apesar da ação individual ser importante, de ser possível melhorar pontualmente a sociedade com projetos sustentáveis ou até exercer ações pedagógicas para educar e conscientizar as pessoas no geral,

³¹ É de suma importância destacar aqui que o pensamento dos economistas que formularam a base ideológica para os governos ditos “neoliberais” (governos de livre mercado da década de 1980), foi formulado por diversas frentes (entre elas a escola austríaca de economia) que divergiam do pensamento liberal clássico dos “fisiocratas” (escola de pensamento surgida no século XVIII), pois a máxima de liberalização e desregulamentação expressados por esse grupo tem aspirações de *laissez-faire* e consequências de arrocho salarial, extrema dinamização e ampliação da competição, retirando autonomia de pequenos grupos econômicos da sociedade e dando espaço para que grandes transnacionais dominem a economia local e, juntamente à pura ideologia de “Estado mínimo” levanta-se a frente os trabalhadores do Chile (1970), Reino Unido e Estados Unidos (1980), um grande aparato repressor de Estado, para conter as diversas revoltas da classe trabalhadora que sobrevivia à custas das penas dos lucros de grandes monopólios.

a realidade é que, a partir de uma perspectiva marxista, é uma grande ilusão pressupor que a sociedade será radicalmente modificada ou superada com esse tipo de trabalho, pois a reprodução social é intimamente ligada ao modo de produção dessa sociedade, portanto a produção científica e os arranjos de hierarquia e organização social estimulados no capitalismo seriam formas de regularização e produções ideológicas para manter o ciclo de acumulação do capital. Maurício Tragtenberg (2008) foi um grande crítico da burocracia estatal e marxista libertário que, como Karl Korsch (1923), entendia que se a perspectiva proletária fosse deixada de lado, se a organização social fosse deixada para especialistas técnicos de cúpula, partidos ou outras estruturas sociais intimamente relacionadas com a manutenção da propriedade privada e o Estado, seria em detrimento da própria liberdade desta classe.

Le Corbusier, no começo do século XX, mostrava seu novo racionalismo como uma dádiva e solução para os "problemas da época". Le Corbusier não hesitou em se denominar como "empresário", mostrando sua intenção na divisão social do trabalho como empreendedor e grande apologista defensor do taylorismo no pós guerra de 1923 (FERRO, 2006, p. 135), sendo semelhante neste quesito à Lenin, com relação à seu dirigismo seguido de produtivismo, típicos da ideologia modernista.

Corbusier soube muito bem propagandar suas ideias sob o "novo espírito" que surgiria das cinzas da primeira guerra mundial em "*Vers une architecture*", aproveitando inclusive os novos espaços de expansão de capital para endossar a "máquina de morar", ou seja, a produção em massa de casas (CORBUSIER, 1986, p.229). A posição de "capitalista visionário" de Corbusier não foi algo tirado da cabeça dele, percebendo as mudanças estruturais ocorrendo no capitalismo pós guerra imperialista, enxergou e criou parte da solução para os novos campos de reprodução ampliada do capital.

Comparando o novo produto, a casa modernista "máquina de morar", com o carro "Citroën" (ibidem, p.240) francês, tinha intenção de propor sua vontade de popularizar a casa modernista como Henry Ford (ibidem, p.264), tinha claras intenções de expansão do seu produto no mercado mundial, num funcionalismo exagerado a ponto de chegar no termo "casa-ferramenta" (ibidem, p.263), adequada ao novo espírito do indivíduo moderno.

O aclamado "novo espírito" trazido pela arquitetura moderna seria capaz de organizar cidades com casas sob medida, padronizando o urbanismo, quarteirões para que tudo fosse o

mais próximo possível do modular (ou seja, previsível e passível de ser colocado na ponta do lápis capitalista). Resumidamente, em seu próprio livro colocou o último capítulo como “Arquitetura ou Revolução”, resumindo o descontentamento de sua época da seguinte forma:

The problem is one of adaptation, in which the realities of our life are in question.

Society is filled with a violent desire for something which it may obtain or may not. Everything lies in that: everything depends on the effort made and the attention paid to these alarming symptoms.

Architecture or Revolution.

Revolution can be avoided. (CORBUSIER, 1986, p.288-289)

A história do capitalismo é a da expansão desse sistema pelo mundo inteiro, expropriando, manipulando e mutilando as relações sociais para o lucro e acumulação de poucos. Escolhas que podem parecer “técnicas” aos olhos dos burocratas capitalistas podem configurar atos que vão contra a própria humanidade, é possível observar isso não apenas nas guerras, mas não só nas mundiais, como foi o caso do Corbusier se aproveitar da reconstrução pós primeira guerra para expandir seu projeto de construção industrial em massa, Tragtenberg (2008) mostra o próprio desastre com o caso da guerra do Vietnã:

Ao analisar a “crise de consciência” dos intelectuais norte-americanos que deram o aval da “escalada” no Vietnã, Horowitz notara que a disposição que eles revelaram no planejamento do genocídio estava vinculada à sua formação, à sua capacidade de discutir meios sem nunca questionar os fins, a transformar os problemas políticos em problemas técnicos, a desprezar a consulta política, preferindo as soluções de gabinete, consumando o que definiríamos como a traição dos intelectuais. É aqui onde a indignidade do intelectual substitui a dignidade da inteligência. (TRAGTENBERG, 2008, p.18)

Tragtenberg (2008), no mesmo livro, sobre a educação, complementa essa lógica no caso da disputa política hegemônica burguesa:

O pluralismo no plano do conhecimento em nível metodológico nada mais é do que a institucionalização de uma posição relativista, traduzindo na linguagem do método a tolerância repressiva manifesta no pluralismo político que oferece ao cidadão um “leque de escolhas” que vai do Partido Conservador ao Liberal. Todo conservador é pluralista; porém, a verdade é uma só, não é pluralista. (TRAGTENBERG, 2008, p.43)

Quanto é apresentado para a sociedade civil apenas as escolhas possíveis dentro de uma ordem econômica e institucional opressora, onde a guerra serve para o lucro e para o desenvolvimento tecnológico, algo muito errado está posto como natural na realidade concreta.

4.1 ANALISANDO O URBANISMO COMO IDEOLOGIA

Santos (1994) caracteriza essa nova dominância neoliberal como um “neodeterminismo” para o espaço, expressando-os com ampliação da divisão do trabalho como dotados de “racionalidade”, que se reproduzem mais ou menos dependendo do avanço do meio técnico-científico-informacional de forma intensiva ou extensiva:

Estariamos diante de um determinismo de um tipo novo, de um neodeterminismo do espaço artificial, e isso tanto mais quanto a produção considerada é moderna. Nessas condições, e como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado da regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação). Haveria espaços mais ou menos reativos, mais ou menos dóceis às outras formas de regulação. Estes seriam os "espaços da racionalidade", cuja constituição é mais marcada pela ciência, pela tecnologia e pela informação, espaços mais abertos à realização da racionalidade dos diversos atores (SANTOS, 1994, p. 25)

Santos (1994) em Técnica, espaço, tempo esboça a realidade da produção espacial capitalista, Viana (2002) também esclarece que o espaço urbano e do campo é rearticulado aos interesses da classe dominante (burguesia). O autor também expressa uma concepção de “horizontalidade” e “verticalidade” das estruturas sócio-econômicas existentes.

As Verticalidades são conjuntos de pontos de fluxo, um subsistema dentro da totalidade-espaço. Esse subsistema tem predominância de alto fluxo de velocidades de transmissão, compõem as ordens da economia hegemônica e são regidos em grande parte pelos macroatores, grandes empresas, Estado entre outros:

Por intermédio dos mencionados pontos do espaço de fluxos, as macroempresas acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os seus níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destinada a favorecer os atores hegemônicos. Tomada em consideração determinada área, os espaços de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos [...] (SANTOS, 2001, p.106)

As verticalidades possuem um poder implacável, são os grandes poderes econômicos nos quais são responsáveis por “modernizar” determinada área, e caso suas exigências de produtividade para retirada de lucro não sejam cumpridas, migram para outro lugar no qual seja mais confortável para esse macroatores. Justamente por esse caráter predatório, as forças

verticais possuem essa força “centrífuga” (de expansão). É primordial perceber que Milton (2001) mostra certa solidariedade e cooperação de valor organizacional dentro do processo desses atores, e a composição final desse pedaço da totalidade-espaço resulta num poder implacável das verticalidades, que quanto mais presentes, mais alienam determinado espaço (SANTOS, 2001, p.108), já que sua permanência sempre é em detrimento do território em que procura explorar (as verticalidades “enxergam” espaços de forma reificada, ou seja, como mera oportunidade ou objeto para extração de mais-valor).

Quanto às horizontalidades, Santos (2001) categoriza como os espaços fora da lógica hegemônica econômica, são os “espaços banais”, “de todos”, espaços mais públicos, de vivência, instituições, pessoas. Tal categorização parece ser muito abrangente, mas logo é possível entender a lógica imbuída nesse pensamento: são espaços que florescem de forma mais “orgânica” em comparação às forças verticais, fora da lógica implacável dos macroagentes, por isso, geram novas “racionalidades” (apesar de, dentro da horizontalidade, ainda haver interesses individuais divergentes), chamadas de “irracionalidades” pelos agentes hegemônicos (SANTOS, 2001, p.110), mostrando, muitas vezes, o caráter contra-hegemônico desses agentes horizontais. A partir disso, percebe-se que as etapas nas quais os cidadãos do mundo precisam enfrentar para suprimir e superar o estado atual “Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima, cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes” (SANTOS, 2001, p.114).

Os sintomas estudados por Santos (2001) são característicos da sociedade e formações ideológicas capitalistas, esse neodeterminismo foi detectado e criticado de diversas formas por diversos planejadores, filósofos, sociólogos e inclusive por Debord (1997), que percebeu o urbanismo como ideologia, atacando o resultado do empreendimento despendido pelos teóricos-empresários modernistas que influenciaram sua época:

A ditadura do automóvel, produto-piloto da primeira fase da abundância mercantil, se enraizou no terreno com a dominação da auto-estrada, que desloca os centros antigos e comanda uma dispersão sempre mais pronunciada. Ao mesmo tempo, os momentos de reorganização inacabada do tecido urbano se polarizam passageiramente em torno das “fábricas de distribuição” que são os hipermercados construídos em áreas afastadas, sustentados por um estacionamento; e mesmo esses templos do consumo precipitado também são empurrados pelo movimento centrífugo que os repele à medida que se tornam centros secundários sobrecarregados, porque provocaram uma recomposição parcial da aglomeração. Mas a organização técnica do consumo está no primeiro plano da dissolução geral que levou a cidade *a se consumir a si mesma*. (DEBORD, 1997, p.115)

A intervenção estatal no espaço urbano também torna-se essencial juntamente a esse processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, muitas vezes verticalizando espaços, e retirando a autonomia do comum. É possível, assim, entender também a demasiada importância e desenvolvimento técnico espacial construído por urbanistas como Le Corbusier e Walter Gropius, seja nos desenhos das cidades ou na construção da ideologia modernista:

A intervenção estatal no espaço urbano irá aumentar paulatinamente com o desenvolvimento histórico do capitalismo. O urbanismo significou a expansão da racionalização estatal do espaço urbano, ou seja, significou o nascimento de uma ideologia e técnica, bem como uma categoria profissional, voltadas para o controle do espaço urbano capitalista. A chamada planificação urbana é sua expressão mais visível. No processo de produção da ideologia urbanista alguns nomes se destacam, tais como os de Walter Gropius e Le Corbusier. Walter Gropius fundou a Bauhaus, cujo objetivo era realizar uma síntese entre artes e indústria, e foi por isso que contratou como professores alguns artistas plásticos renomados, como Paul Klee e Kandinsky. A concepção de Gropius apresenta uma preocupação excessiva com a "organização" (o que significa, afinal de contas, controle) e "estandardização" (retirado do modelo industrial que serve de base para sua concepção de urbanismo), e não deixa de lado também o problema social dos "desempregados" e seu deslocamento no espaço. Le Corbusier segue a mesma lógica e reproduz a concepção de urbanismo adequada aos interesses da classe dominante (Cf. Choay, 1979). Segundo Granou: "Não se trata de contestar nem Corbusier nem W. Gropius, diretor da Bauhaus, por terem querido por as suas criações ao serviço da "felicidade humana". Mas trata-se de compreender - e de criticar - que as suas concepções de "felicidade humana" se inscrevem na opção individualista e produtivista que domina as ideologias "modernistas" - tanto da direita como da esquerda - nascidas de uma admiração beata da "revolução industrial" (GRANOU, 1975, p.66 apud VIANA, 2002, p.26)

FIGURA 3: *Plan Voisin* e o funcionalismo de *Le corbusier*



A cidade no capitalismo é derivada de um espaço e desenvolvimento social específico, obviamente existe uma continuidade e múltiplas razões da realidade estar posta como está, poderíamos aqui novamente citar Marx: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”³³. Por isso a crítica de Granou (1975) à direita e à esquerda, aos grandes ideólogos do progresso, e o que vem logo depois da citação de Marx em “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”, devemos retomar os momentos revolucionários do passado e sermos desapiedadamente críticos à qualquer tentativa de negociação de classes entre a burguesia e os trabalhadores com promessas que soam muito boas ao ouvido, porém não trazem e nunca terão a intenção de trazer liberdade aos trabalhadores.

O urbanismo como ideologia em suas metamorfoses, principalmente após a segunda guerra mundial, que serviu de base para a reconstrução da Europa a partir de 1955 (urbanismo funcionalista, baseado na Carta de Atenas de 1933), se reproduz como uma grande arma de apagamento da cultura coletiva herdada pelas cidades medievais, onde não havia separação entre o local de vivência e o de trabalho, retomando à Rolnik (1995). O processo de setorização, de individualização, privilégio dos automóveis em detrimento dos pedestres fazia parte de um modo de pensar a vida e a cidade burguês, isso foi criticado pelos Situacionistas, que vieram no CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) a ingenuidade e imersão ideológica no qual seus integrantes se encontravam (CONCEIÇÃO, 2021, p.67). Foi possível verificar fatalmente, desde os primeiros escritos situacionistas sobre o rumo em que a reconstrução da Europa tomou no pós 1945, que a “desagregação do cotidiano”, “redução dos espaços públicos de sociabilidade (menos praças e locais de reuniões)” e o que o situacionista Raoul Vaneigem (ibidem, p. 68) chegou a comparar com “campos de concentração nazistas”, se referindo aos imensos conjuntos habitacionais, impessoais, que apagavam espaços de sociabilidade entre as pessoas, devido ao seu culto do “funcionalismo”, que deu espaço às avenidas e ao carro em detrimento das pessoas como agentes sociais que possuem necessidades humanas (claramente contempladas em desenhos

³² Disponível em: <<https://arcegulab.com/urbanismo-funcionalista-de-le-corbusier/>> Acesso em out. 2021.

³³ Marx, no 18 brumário de Luís Bonaparte, põe o seguinte: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.” (MARX, 2011b, p.25).

de cidades em outros momentos históricos), mostrando a primazia ideológica do individualismo burguês de prosperidade e conforto.

A burguesia sonha em manter seus lucros crescendo, ou pelo menos constantes, para que não haja prejuízo em meio à competição com outros capitalistas e para que possa sempre aprimorar seus meios de produção para um aproveitamento mais eficiente do tempo de trabalho³⁴, como se os trabalhadores fossem se manter submissos eternamente, separados em guetos como resultado dos desenhos e do planejamento urbano e econômico de seus asseclas (numa hierarquia colocada à força e subentendida na setorização das cidades³⁵). É possível retomar neste momento novamente Marx e Engels (1848), que haviam previsto a própria queda do capitalismo³⁶, uma das expressões na realidade deste processo é o que será discutido posteriormente neste trabalho sobre a tendência declinante da taxa de lucro média.

Atualmente podemos ver todo o prejuízo aos povos trabalhadores do mundo, à natureza, exploração de recursos naturais e diversos problemas que advém justamente da via reformista ou social democrata³⁷ de lidar com a nossa forma de viver como seres humanos. O progressivismo e a modernidade falharam em trazer uma resposta e forma de vida sustentável para a humanidade, a transformação do próprio tempo de trabalho em mercadoria e a constante ordem de acumulação dos regimes de mercado que se consolidou no século XIX hoje se estende em diversas outras áreas que agora se tornam mercantilizadas, são reificadas³⁸ com o propósito da acumulação.

³⁴ Aqui pode-se dizer, em termos marxistas, que haverá uma maior exploração da mais-valor relativo, o investimento na produção levará a um aperfeiçoamento, por exemplo, do maquinário de uma fábrica, o que tornará o trabalho exercido pelo trabalhador mais eficiente. Porém, também, leva a uma tendência declinante da taxa de lucro média, na qual será melhor explorada neste trabalho pelos capítulos adiante.

³⁵ Muitas vezes o que parece ser “não planejado” ou “inesperado”, como favelas, guetos e outras áreas não planejadas pelos urbanistas são resultado direto da organização espacial capitalista, o rentismo e outras formas da “transformação de tudo em mercadoria” (VIANA, 2002)

³⁶ “o capitalismo gera seu próprio coveiro” MARX & ENGELS, 2005.

³⁷ Importante aqui destacar que não só a social democracia nos herdada por Karl Kautsky, mas também a via bolchevista e nacionalista de “revolução”, também adere ao progressivismo e não nos serve como saída para a atual crise em que a humanidade se encontra.

³⁸ O conceito de reificação em Lukács, em suas próprias palavras (LUKÁCS, 2003), é: “A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre as pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.”. Cf. LUKÁCS, György, **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DO LUCRO:

Em *Cidades Rebeldes*, Harvey (2014) explicita o quanto nas políticas e questões éticas atuais, os direitos humanos sempre são uma questão primordial para a construção de um mundo e sociedade mais justos e melhores para todos. Como exemplo é citado determinados momentos em que esses direitos são transmutados em lutar mais coletivas, como a favor de direitos dos trabalhadores, mulheres e das comunidades LGBTQIA+ e outras lutas importantes dentro da sociedade. Porém, essas lutas (e os próprios direitos humanos, reflexo e conquista da revolução burguesa no século XIX) claramente são lutas essenciais, de conquista de direitos fundamentais, básicos para a humanidade, isso fica claro quando Harvey (2014) comenta que:

Na maior parte, os conceitos em vigência são individualistas e baseados na propriedade, e, como tais, em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Afinal, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar. (HARVEY, 2014, p.27)

O objetivo do autor é esclarecer que temas como o direito à cidade, a construção coletiva da cidade de acordo com as relações sociais, aspirações e desejos mais íntimos nos quais temos guardados conosco de forma não individualista ou ideológica nos foi confiscada (ou, melhor colocando, roubada). Fomos (justamente às cidades ao nosso redor) extremamente moldados por vetores econômicos poderosíssimos. O objetivo, já tanto comentado neste trabalho, é a produção incessante de mais-valor. Para a produção de mais-valor é necessário a produção de excedente, ou seja, uma exploração cada vez mais articulada, sistematizada e de mais alta intensidade sobre os trabalhadores, isso gera não só uma pressão enorme sobre o meio ambiente, como nos próprios trabalhadores e também há atritos com os capitalistas, pois são obrigados sempre a reinvestir parte de seu lucro para a expansão constante de mais-valor³⁹.

³⁹ Aqui, Harvey (2014) explica que os capitalistas precisam sempre controlar e encontrar novos terrenos para lucrar, mão-de-obra para utilizar em suas fábricas com pagamentos suficientes para se manterem competitivos no mercado, porém as crises também podem surgir com súbita desvalorização de certo excedente de mercadorias, ou perda da produção, obsolescência de certo ramo de trabalho com determinado desenvolvimento tecnológico (ou o desenvolvimento tecnológico pode, justamente, facilitar o trabalho de determinado capitalista, já que pode, com o aumento da produtividade, demitir determinada demanda de funcionários). O desenvolvimento tecnológico no capitalismo não é neutro, pode servir para criar novas necessidades, portanto novas demandas de mercado, ou uma “repassagem” de mais valor em maior quantidade pelo processo de trabalho alienado, este tópico se relaciona diretamente com a tendência declinante da taxa de lucro média em que capitalistas enfrentam nas crises cíclicas.

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo da condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 1989, p. 11)

O espaço urbano, fragmentado, não é algo que se constitui por acaso ou *in absentia* de uma estrutura que perpassa toda a sociedade. Se há tecnocratas que tentam convencer a população e passar a ideia de que as cidades são espaços que com a desigualdade sócio-espacial e divisão em classes é organizada, não passa de um mero discurso “impregnado de ideologia” (Ibidem, p. 12). O engendramento espacial está ligado ao modo de produção, ao modo de vida e cotidiano das relações sociais e as cidades, como já dissemos, é resultado do movimento histórico, que é a ação do ser humano pelas lentes do materialismo histórico. Como produto ideológico de determinada época, podemos ver essas marcas impressas na sociedade de classes:

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc. (CORRÊA, 1989, p. 9)

Na Idade Média o espaço era muito mais determinado pelas guildas (corporações de artesãos). Com o desenvolvimento do capitalismo e o aumento da divisão social do trabalho, o espaço urbano foi se moldando por outras variáveis.

A ação estatal neste processo é fundamental, e mesmo que tecnocratas façam a tentativa, novamente, de convencer a população civil de que estes esforços são a favor de determinada organização aprimorada, eficiência ou qualquer outro adjetivo, quando a construção da realidade se dá “fora do planejado”, ainda assim se dá pelo motivo da expansão imobiliária ou do lucro⁴⁰. Outro exemplo deste processo ideológico de construção da realidade concreta capitalista é a pseudo-organização da cidade por meio da “abolição da

⁴⁰ Como pode ser visto na implantação da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, que estava prevista para a área central da cidade pelo plano diretor (aprovado em 1955), porém foi efetivamente construída na Trindade, por pressão imobiliária de donos de terra na região em questão, que inclusive é área afastada da região central e hoje constitui um novo pólo de desenvolvimento imobiliário. Cf. SUGAI, 2002, p. 67

setorização urbana”, como uma suposta contraproposta ao planejamento modernista por meio de pesquisas e esforços da *intelligentsia*⁴¹ acadêmica em promover, por exemplo, uso misto do solo como um empreendimento nos planos diretores a fim de solucionar os revezes do processo entrópico espacial gerado pela economia de mercado, mas a realidade é que este processo justamente é a propagação da própria economia de mercado (MacDonald et al., 2020), nos remetendo aos dizeres quase proféticos de Granou e Engels.

Simplificadamente, cada classe ou fração que tenha algum poder ou acesso ao controle age à égide de seus interesses (permanecer num patamar social mesmo ou superior ao pertencente). Como nos apontou Tragtenberg (2004), a burocracia e intelectualidade de alto escalão agem a reboque da burguesia, daí o papel do Estado na constituição do espaço e controle econômico, que mesmo sob o controle de um governo progressista acaba agindo favoravelmente às classes dominantes acima dela, devido ao fato de desejarem manter seus próprios interesses de classe. Nesse contexto, também agem para diminuir a tendência declinante da taxa de lucro média das empresas de sua nação.

Os grandes industriais direcionam o fluxo de capital para onde seus analistas apontam haver maior chances de sucesso financeiro em determinada empreitada, assim então surgem as interferências de outros setores como os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado no controle sócio-ambiental desses processos e os grupos sociais excluídos são induzidos nessas empreitadas, como foi o caso da copa do mundo. O problema é que, em um país de capitalismo subordinado como o Brasil⁴², não há o menor interesse do Estado nem de promotores imobiliários em construir habitação de qualidade para a classe trabalhadora que migra constantemente, sobrando ao proletariado a precária situação da autoconstrução ou depender de empreendimentos como o BNH, minha casa minha vida ou o atual minha casa verde e amarela⁴³.

⁴¹ Jan Waclaw Makhaisky (MAKHAĬSKY, 1981) foi quem cunhou o termo *intelligentsia* (em 1905), categorizando a classe de especialistas “intelectuais” nos quais comporiam parte do governo bolchevique e se autointitularam capazes de direcionar a revolução. Makhaisky foi um dos primeiros a perceber esse movimento juntamente à uma ascensão da classe burocrática no partido Bolchevique, compondo uma nova espécie de classe dominante, na qual geria o mais-valor global no interior da URSS.

⁴² Um país que está subordinado por um lugar “inferior” na cadeia produtiva (com menor ampliação da divisão social do trabalho) e dominado não só materialmente como também ideologicamente pelas grandes potências econômicas internacionais, como os EUA.

⁴³ Hoje presenciamos no governo Bolsonaro uma precarização geral e maior subordinação do Brasil à privatização e doação do controle das formas sociais brasileiras à empresas transnacionais, nas quais não possuem o menor interesse social no Brasil.

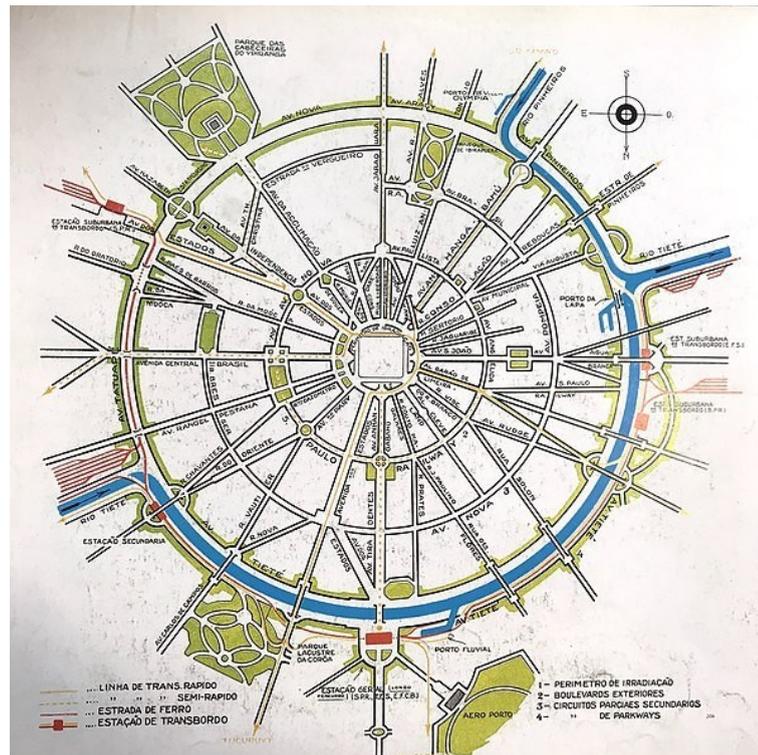
Os agentes sociais mantêm e reproduzem o tecido social capitalista, um exemplo importante e determinante até hoje para a cidade de São Paulo foi a implementação do plano de avenidas, projetado e proposto por Prestes Maia em 1930, junto de tantos outros propostos, como o de Saturnino de Brito anteriormente, em 1926 (CONCEIÇÃO, 2004, p. 86-87). Nessa época a atuação do poder público em São Paulo foi o principal agente de suas transformações urbanas. O Plano de Saturnino não foi implementado, e sim o de Prestes Maia. Saturnino também seguiu um modelo modernista de projeto, porém ocupando as margens dos rios com parques, praças e lagos, regularizando o rio Tietê (ibidem, p.86), contrariamente à Prestes Maia optou pelo modelo radial-perimetral aliado a grandes e largas avenidas canalizando o rio Tietê, dizendo as avenidas fluviais serem “possibilidades estéticas e utilitárias” (ibidem, p. 88-89), tinha a intenção de que as faixas de estrada ajudassem na descentralização industrial da área. Também tinha a preocupação com a circulação de mercadorias.

É fundamental perceber a influência de grandes políticos, ligados a interesses econômicos de reprodução de um modelo de cidade totalmente funcional para o capitalismo.

A preferência pelo modelo que ia justamente de encontro a uma área de crescimento como a indústria automobilística em detrimento de um projeto que visa integrar a cidade e fornecer parques, lagos e outras áreas públicas para os moradores. Como um parâmetro “progressista”, as ideias de Haussmann em Paris foram transpostas para a realidade urbana de São Paulo (ou melhor, reproduzidas, justamente como forma de expandir e intensificar o espaço sob influência do mercado) (CUSTÓDIO, 2004, p.80). Haussmann:

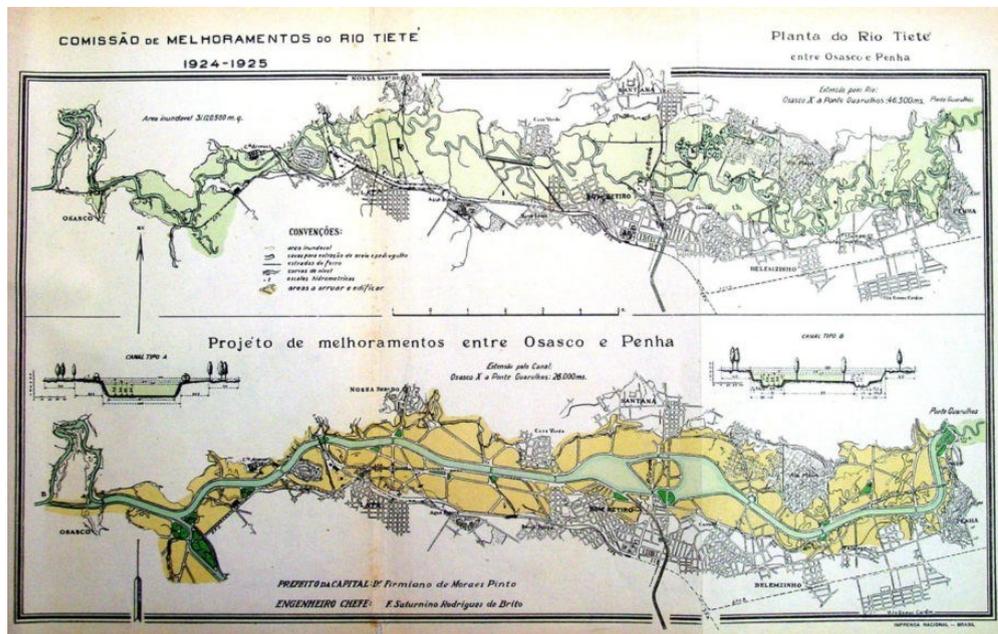
[...] valeu-se de demolições, abrindo grandes avenidas em linha reta, urbanizando, saneando extensas áreas, deslocando os menos favorecidos para a periferia, construindo edificações públicas, renovando e ampliando os serviços públicos de esgoto, iluminação, hidráulica e transporte. Visava, sobretudo, um sistema de circulação e aeração eficientes. (CHOAY, Op. Cit., p. 243 apud CONCEIÇÃO, 2004, p. 81)

FIGURA 4: O Plano de Avenidas de Prestes Maia



Fonte: Wikipedia⁴⁴

Figura 5: O Plano de retificação do Rio Tietê, de Saturnino de Brito



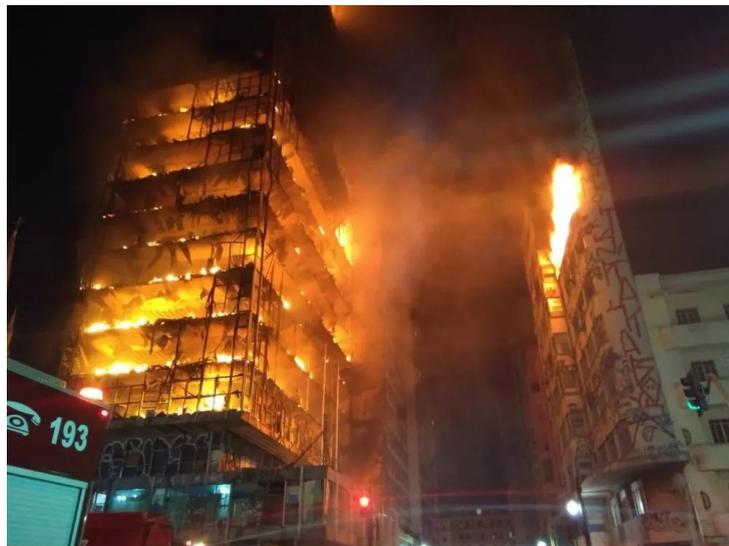
Fonte: Pinterest⁴⁵

⁴⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_de_Avenidas_de_S%C3%A3o_Paulo> Acesso em out. 2021.

⁴⁵ Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/292663675794231545/>> Acesso em out. 2021.

Outro caso importante no sentido de mostrar os efeitos colaterais de uma gestão burguesa e ideológica da sociedade que decide produzir para o roubo e o acúmulo de capital foi o recente desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, mais conhecido como “Pele de Vidro” (SANTOS; SANCHES, 2020, p.9), no qual foi projetado pelo arquiteto francês Roger Zmekhol e construído entre os anos de 1961 e 1968, pela empresa Morse & Bierrenbach (ibidem, p.9) em São Paulo. Seu uso previsto era para função comercial, especificamente encomendada pela Companhia Comercial de Vidros do Brasil, foi um dos primeiros edifícios no Brasil a utilizar fachada inteiramente envidraçada. O Edifício também tinha estrutura com pilares em perfil H⁴⁶, compostos de concreto armado (HELENE; CHAPECÓ; COUTO, 2019). O desabamento ocorreu devido a um incêndio em 2018 que começou no quinto andar e, devido à ausência dos elevadores, espalhou-se rapidamente pelo prédio todo, deixando pessoas mortas, desaparecidas ou feridas, além de desabrigadas (G1, 2018⁴⁷).

FIGURA 6: Edifício Wilton Paes de Almeida em chamas



Fonte: G1⁴⁸

⁴⁶ Um pilar de “perfil H” é um cuja forma resultante da seção transversal perpendicular à base do mesmo tem forma similar à letra “H”.

⁴⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/incendio-atinge-predio-no-centro-de-sp.ghtml>> Acesso em out. 2021.

⁴⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/incendio-atinge-predio-no-centro-de-sp.ghtml>> Acesso em out. 2021.

A brutal expulsão dos moradores do chamado “Prédio da Caixa” (Edifício Nossa Senhora da Conceição), também é uma situação derivada dos efeitos dramáticos da precarização causada pelo capitalismo. O prédio de uso misto se encontra na principal via do Centro de Niterói, e foi desocupado no dia 7 de junho de 2019, por interdição judicial (GORHAM; ALVES, 2019)⁴⁹. São claros os interesses imobiliários com a intenção de retomada do edifício para projetos futuros de revitalização no centro abandonado⁵⁰.

Figura 7: Edifício Nossa Senhora da Conceição



Fonte: O Globo⁵¹

Essas são as claras expressões de uma concepção de cidade para o acúmulo de lucro⁵², que depois de se tornar parcialmente obsoleta e abandonada pelo mercado em algumas áreas, em geral em momentos de crise, acaba sendo ocupada por classes de rendas inferiores que começam a migrar para regiões em processo de desvalorização fundiária, ou nestes casos edifícios abandonados. Num claro contexto de interesses financeiros envolvidos nesses processos urbanos, ocupações acabam sendo desocupadas não arbitrariamente.

⁴⁹ Cf. GORHAM; ALVES, PRÉDIO DA CAIXA: UMA CIDADE DA EXCLUSÃO, SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO BELO HORIZONTE – De 26 a 29 de Agosto de 2019

⁵⁰ A área estava sendo de interesse do capital privado e público desde 2013, houve inclusive uma Operação Urbana Consorciada que “não vingou” (ibidem, 2019) para o centro. A área é vista “Como mercadoria de luxo, nas palavras de Vainer (2013) (...)”, ou seja, “(...) não se justifica que tal espaço fique sendo desperdiçado em demanda não solvável.” (Ibidem, 2019).

⁵¹

Disponível

em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/justica-libera-vistoria-no-predio-da-caixa-em-niteroi-1-24869677>>

Acesso em out. 2021.

⁵² e toda cidade capitalista tem esse interesse como determinação fundamental de sua razão de existir.

Com o crescimento moderno da grande acumulação de capital, e os grandes mercados centralizados criados ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, por meio do processo germinal que surgiu nos séculos passados (como a Paris de Haussmann) de controle do processo competitivo e alucinante do capitalismo de produção de excedente e exploração da classe trabalhadora, o próprio modo de viver, o urbanismo, as cidades se modificaram profundamente: a qualidade de vida tornou-se uma mercadoria, na era do consumismo e da “economia do espetáculo”, foi cada vez mais se agudizando o processo da mercantilização de tudo, a própria tendência pós moderna também serviu para criar afunilamentos de nicho de mercado para cada tipo de individualidade (HARVEY, 2014, p.46). *Shopping centers*, grandes projetos arquitetônicos que são lucrativos por si só, com grandes centros de consumo abarcando cinema, cafés, *fast-foods*, lojas infantis a adultas, são, como bem observado por Sharon Zukin, a “pacificação por meio do *cappuccino*” (ibidem, 2014, p.46).

De forma sintética, a forma como nossa urbanização se modifica ao longo das metamorfoses do capitalismo está bem descrita no fragmento abaixo:

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa. No mundo em desenvolvimento, em particular, a cidade (HARVEY, 2014, p.48)

Harvey (2014) prossegue a reflexão escancarando os enclaves fortificados (condomínios fechados das classes mais abastadas), que formam espécies de “microestados”, com infraestrutura, quadra de tênis, academia, escola, e serviços básicos como saneamento, eletricidade que muitas vezes são inexistentes ao redor desses enclaves. As casas levantam-se “autonomamente” nos lotes individuais, querendo ser autossuficientes, numa espécie de micro comunidade, apenas nos mostram a insanidade que o neoliberalismo como ideologia. não apenas econômica. mas que age de forma completa no desenvolvimento do ser humano capitalista que incessantemente de forma spenceriana na “luta do mais apto” ao atual sistema econômico.

Quanto à procura incessante por novos terrenos destinados à geração de lucro, no mundo inteiro vemos acirramento na luta de classes quanto às lutas pela terra, movimentos no Brasil como MTST (movimento dos trabalhadores sem teto) e MST (movimento dos

trabalhadores sem terra), que lutam há décadas pela reforma agrária e por um uso menos especulativo e distributivo das moradias urbanas. É importante destacar que esse processo é muito mais intenso nos países de capitalismo subordinado, justamente pela maior distribuição de espaços de expansão de capital e pela maior flexibilidade e fragilidade de seus sistemas políticos e institucionais. Na Índia, o Estado é obrigado a proteger a vida e o bem-estar de toda a população, independente das questões de casta e classe (HARVEY, 2014), o problema é que desapropriações em massa não deixam de existir mesmo com essa legislação, inclusive o Supremo Tribunal da Índia promulgou leis que reescrevem essa exigência constitucional: “Tendo em vista que os favelados são moradores ilegais, e muitos não conseguem demonstrar, de fato, sua permanência há muito tempo na terra em que vivem, eles não têm direito a nenhuma indenização.” (HARVEY, 2014, p.54). Admitir essa direito seria, de acordo com o Supremo Tribunal, “(...) o mesmo que recompensar os batedores de carteiras por suas ações.” (ibidem, 2014, p.54).

Harvey (2014) também cita o caso em Seul, nos anos de 1990, quando as empresas de construção civil contrataram “hordas de lutadores de sumô” para destruir as casas daquelas pessoas que desde a década de 50 estavam construindo e acumulando seus pertences pessoais nas áreas de morro da cidade, que na década de 90 tornaram-se justamente valiosos. Hoje a imagem dos arranha-céus que ocuparam as áreas dos morros não mostram o processo violento de expulsão e ocupação daquela área. O autor nos mostra processos semelhantes ao redor do mundo (hoje, em escala global, o capitalismo está se expandindo onde e como pode), na China, onde por decreto empreiteiras aliadas ao governo expulsam moradores que podem estar morando ali desde tempos imemoriais, essas pessoas recebem um preço irrisório pela “venda” de seus terrenos (nesse caso, a propriedade é do governo, não dos cidadãos chineses), enquanto as empreiteiras recebem um valor bem maior. Dessa forma, muitas vezes o processo é reverso, pessoas são expulsas para áreas periféricas, diferentemente do que foi feito no começo do capitalismo Inglês, no objetivo de angariar trabalhadores proletarizados para as fábricas da cidade, Harvey (2014) especifica esse processo como sendo o que Lefebvre (1960) disse sobre a distinção radical entre campo e cidade estar desaparecendo de pouco em pouco, dando lugar a áreas permeáveis, com desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2014, p.55).

4.3 AS QUEDAS TENDENCIAIS E O REFLEXO DA CRISE NO ESPAÇO

O trabalho humano, por outro lado, devido a ser esclarecido e orientado por um entendimento que foi social e culturalmente desenvolvido, é suscetível de vasta gama de atividades produtivas. Os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha esse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital. (BRAVERMAN, Harry, 1981, p. 57)

Harry Braverman (1974) destaca, nesse trecho, um aspecto fundamental para a replicação do capital. Braverman fala do capital monopolista, que em sua época, com forte intervenção estatal, pôde prosperar por décadas sem ter crise, devido ao fato em que o governo poderia intervir mais como um Estado de bem estar social, a fórmula da social democracia para manter o capitalismo se reproduzindo, retomando Proudhon, como que tivesse sido “amaciado como um óleo”. Os momentos de crise surgem justamente quando não é mais possível que os capitalistas continuem acumulando riquezas e sua capacidade de competição seja ameaçada. Isso acontece (nos grandes momentos de crise), como um descompasso entre a oferta e a demanda e a tendência declinante da taxa de lucro média, como já colocado aqui anteriormente, gerado por um excesso de investimento em capital fixo⁵³ (trabalho morto, também chamado de capital constante por Marx) em detrimento do capital variável (que são os trabalhadores, ou trabalho vivo). O progressivo investimento em novos meios de aprimorar a extração de mais-valor relativo, seja por compra de novo maquinário, novos métodos de controle dos trabalhadores (taylorismo, fordismo, toyotismo, etc...), flexibilização de leis trabalhistas, isso se relaciona diretamente com a formação de um exército industrial de reserva (composto por indivíduos sem trabalho), a constante supressão dos direitos trabalhistas e diminuição salariais que vão derivar deste processo justamente pelo investimento despendido pelo capitalista em capital fixo. Uma máquina não gera lucro, ela aumenta a produtividade resultante da força de trabalho do operário, e esse é o problema. O aumento da produção de mercadorias (consequente aumento da circulação de mercadorias), concomitante ao não aumento de salários dos trabalhadores, leva à diminuição do consumo, daí as “crises de oferta e demanda”, como foi a crise de 1929 nos EUA.

⁵³ Capital fixo são meios de produção, desde insumos até maquinário, ferramentas, etc...

Esse modelo de reprodução de capital surge de forças inteiramente independentes da vontade individual de cobiça do capitalista, como explicitado por Harvey (2005), citando Marx:

[...] o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam o capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio de acumulação progressiva. (MARX, 1967, p. 592, apud HARVEY, 2005, p. 44)

Dada a natureza do processo de expansão do capital, o crescimento econômico é um processo de contradições internas. Quando o capitalismo passa por um período de crescimento presente, harmonioso e “equilibrado”, este é inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo (HARVEY, 2005, p. 44), o que, frequentemente, irrompe sobre forma de crises, caracterizando o fenômeno da “tendência declinante da taxa de lucro média”.

Os momentos de crise são de natureza intrínseca do próprio capitalismo, e historicamente direcionam a urbanização, a reprodução do capital necessita de constante demanda de terrenos rentáveis para absorção de investimentos. o fenômeno da tendência declinante da taxa de lucro se dá pelo aumento cada vez maior da composição orgânica do capital, que no caso é a razão entre capital constante sobre capital variável. Resumindo, com o desenvolvimento técnico capitalista cada vez mais no sentido de aumento da produtividade, máquinas e novos aparatos são desenvolvidos, compondo o capital constante. De qualquer maneira, o trabalhador precisa exercer seu trabalho para fazer funcionar a máquina, portanto o capital constante deixa o trabalho mais produtivo, isso acontece desde às *spinning jenny's* citadas por Engels. Com o dispêndio cada vez maior do capitalista em produtividade de maquinário, capital constante, há uma tendência de queda da taxa de lucro, justamente pelo crescimento da composição orgânica do capital. Enquanto essa composição orgânica começa a aumentar a produtividade do trabalho e se estabilizar, o valor de troca das mercadorias diminui, portanto diminui a quantidade de mais-valor disponível para acumulação, esse crescimento contraditório do capital que torna a anexação de mais-valor cada vez mais difícil

está descrita por Marx no capítulo Homônimo d'O capital, Volume III. Com o passar das crises do capitalismo, percebemos uma superestrutura e formas de expansão cada vez maiores, mais abrangentes. Atualmente o capital financeiro, no qual serve para frear a tendência de queda da taxa de lucro diminuindo o tempo de giro do capital, está cada vez mais dominante, encontrando cada vez mais espaço para a mercantilização da vida.

Muitos dos processos metropolitanos contemporâneos – desindustrialização, gentrificação, financeirização, endividamento, onipresença do ethos da competição, enfraquecimento e sucateamento de estruturas coletivas e o imperativo das soluções privadas e individuais para problemas de ordem pública, privatização dos espaços e infraestruturas públicas, dentre inúmeros outros – relacionam-se de formas diversas ao neoliberalismo enquanto forma de estruturação do Estado e dos aparatos de governo e exercício do poder na sociedade. Trata-se de um emaranhado de dinâmicas que tende à generalização da lógica da produção de mercadorias e da competição no mercado em domínios anteriormente restritos à sua penetração. O momento atual no Brasil é repleto de manifestações dessa lógica [...] (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017, p.451)

Henri Lefebvre (2001) também afirma que a intervenção tecnocrática nesse processo econômico resulta em uma reestruturação urbana pela forma, função e estruturas da cidade, ou seja, economia, política e cultura (superestrutura) (LEFEBVRE, 2001, pg. 105). Outros autores descrevem esse processo neoliberal de formas diferentes, porém muitas vezes com um conteúdo muito semelhante. Milton Santos (1994) esclarece a tecnocracia no espaço geográfico com o avanço do meio técnico-científico-informacional sobre o meio geográfico natural. Essa abrangência global e dinâmica é explorada por Santos:

Esse meio técnico, científico e informacional está presente em toda a parte, mas suas dimensões variam de acordo com continentes, países, regiões: superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas, simples pontos. (SANTOS, 1994, p.25)

A tecnicização e manejo do meio natural geográfico para a adaptação ao modo de produção capitalista traz uma concepção direcionada da natureza como suprimento para manter a cadeia de produção e consumo. Essa dinâmica econômica está presente em quase todo o mundo, hoje.

Diante do contexto de Produção do Espaço Capitalista, com as forças produtivas sendo convergidas em direção ao limite da capacidade de produção, a regulação dos espaços de racionalidade continua desenfreada, dominando a força de trabalho e a subtraindo de seu direito de construir a cidade e do valor de seu trabalho excedente de forma cada vez mais intensa. Observar a produção individualmente é uma abstração, é preciso entender que a produção social se dá num contexto específico relacionado a um modo de produção e sociedade determinados, o que a caracteriza como essencialmente histórica. As relações sociais resultantes do capitalismo e o surgimento de sistemas facilitadores do fluxo de capital, como o crédito, servem cada vez mais para o processo de reprodução e acumulação progressiva exaustivamente estudado e denunciado por Marx desde o século XIX, os exemplos históricos e programas econômicos recomendados por órgãos internacionais como o FMI⁵⁴ é o programa neoliberal impulsionado mundialmente na década de 1980 por políticos como Margareth Thatcher e Ronald Reagan, arrocho salarial, retirada de qualquer tipo de investimento em programas sociais, extrema flexibilização das leis trabalhistas, modernização das forças produtivas concomitantemente com o barateamento da mão de obra (também junto à vários processos para diminuir a proporção da composição orgânica do capital), expansão do crédito, e hoje o que vemos de mais avançado é como o sistema especulativo se alastrou e consolidou de forma sólida com criptomoedas, bancos ligados à *blockchains*, etc.

O gérmen desse programa foi consolidado no Consenso de Washington e servido como pressão e direcionamento econômico dos países de capitalismo dependente, isso se refletiu no Brasil com a abertura econômica para o capital estrangeiro promovida especialmente no governo Collor. Hoje no Brasil existe uma forma avançada desse tipo de governo neoliberal, e durante a história política do país, mesmo em governos caricaturalmente mais “social-democratas” pode-se observar tragédias como as desapropriações realizadas durante a copa do mundo, contrariando completamente a própria constituição de 1988 (CARVALHO; RODRIGUES, 2013).

⁵⁴ Fundo Monetário Internacional.

5. ESPAÇOS DA ESPERANÇA: EXPERIÊNCIAS AUTOGESTIONÁRIAS E UM ESBOÇO PARA UMA TEORIA DO ESPAÇO LIVRE

Após apresentar os mecanismos ideológicos, anti humanistas nos quais perpassam a realidade concreta e uma crítica à concepção ideológica, burguesa do mundo, perpassando minúcias do processo de extração de mais-valor absoluto e relativo, e o mais importante, mostrando que a história, o modo de produção e reprodução social, as formas de relações humanas e, principalmente de trabalho e de construção do espaço, muitas vezes coletivo, porém na modernidade dividido entre propriedade “pública” (estatal) e privada, nada mais apropriado que apresentar momentos de resistência e de construção de espaços que visam mudar radicalmente, por meio da práxis (união entre teoria e prática, desenvolvidos dialeticamente), ou seja, momentos em que o espaço foi moldado não pela ânsia do lucro, mas pela construção das instituições orgânicas dos operários e trabalhadores do mundo, por meio de greve de massas, constituição de comitês de greve, conselhos, comitês de fábricas, e concomitante supressão do Estado e da propriedade privada, uma superação dialética da realidade concreta pelo reconhecimento da classe dominada e sua autodeterminação para libertação da Humanidade.

5.1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AUTOGESTIONADO

A utopia concreta da sociedade autogerida⁵⁵, a ser governada pelos produtores livremente associados, possui vasta história constituída na memória dos povos do mundo. É fundamental destacar que como um processo dialético de desenvolvimento teórico e prático do proletariado revolucionário (KORSCH, 2019), valores sociais burgueses, a propriedade privada e o estado (que geram distorções sociais derivadas das formas sociais burguesas, como a competição, meritocracia, individualismo, entre outros) seriam suprimidos e superados, assim como se pôde perceber na experiência revolucionária da Comuna de Paris, porém outras experiências históricas importantes acontecerem e inclusive desenvolveram

⁵⁵ “A realidade pode ser analisada segundo duas perspectivas de método: a da aceitação do existente e a da aceitação do possível. A primeira não pressupõe somente aceitar o dado como necessário ou inevitável, mas também introjetar a realidade histórica em nosso aparelho mental e analisá-la a partir dos conceitos de nossa sociedade. A segunda perspectiva, trabalhada por Ernst Bloch e Henri Lefebvre, aborda a análise da realidade, não somente a partir da realidade existente, mas de uma realidade possível, do ainda-não-existente. BLOCH (2005, 2006) lança os conceitos: *utopia concreta* e o *ainda-não-existente* e LEFEBVRE (2002) o *método transductivo* e *utopia experimental* para abordar esta realidade possível” (MAIA, 2018, p.111)

processos criados em experiências anteriores, como foi o caso dos *soviets* (conselhos operários) da Alemanha revolucionária: em 4 de novembro de 1918 explode a revolução na Alemanha, conselhos operários começam a se consolidar, o Kaiser é substituído pelos socialdemocratas Ebert e Noske, chamados ao governo. Karl Liebknecht expunha em 1914 o absurdo que foi a aprovação dos créditos de guerra da Alemanha para a primeira guerra mundial, expondo o absurdo de um governo “dos trabalhadores”, feito pelo SPD⁵⁶, alimentando uma guerra imperialista à revelia da classe trabalhadora não só nacional mas mundial. O movimento orgânico das massas se auto-organizando continuou se desenvolvendo, entre 1921 e 1923, e, mesmo não tendo conseguido se impor como poder único, tendo que conviver às margens, sendo reprimido pelo governo oficial, conseguiu gerar novas explosões revolucionárias neste mesmo período (GUILLERM, BOURDET, 1976, p. 86). A superioridade dos soviets alemães deriva do fato de não serem eleitos regionalmente (sob uma base territorial), mas sobre a base da empresa: “Daí não serem simples órgãos de autogestão da produção. São ao mesmo tempo, e sobretudo, órgãos da auto-administração da população sob todos os seus aspectos” (Ibidem, 1976, p. 87).

A derrota da revolução alemã e instauração da instabilidade social democrata se demonstrou com o tempo como a antessala do posterior fascismo, o partido Social Democrata Alemão sufocou a revolução com a ajuda do grupo paramilitar *Freikorps*⁵⁷ (TRAGTENBERG, 2008, p.39), grupo de veteranos da primeira guerra que teve grande proximidade do SPD, foi o grupo no qual em 1919 assassinou Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

As renovações hegemônicas acontecem no capitalismo independente de uma determinada “lei da tendência declinante da taxa de lucro”, essa lei descrita por Marx no tomo III d’O Capital apenas descrevia a forma pela qual o capitalismo se desenvolvia, por suas crises de acumulação e de aumento da composição orgânica do capital. Portanto, não há uma evolução histórica implacável que determinará o surgimento de revoluções ou o fim do capitalismo, tanto que o levante de maio de 1968 aconteceu em um período onde a crise não estava implementada.

⁵⁶ *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, ou Partido Social-Democrata da Alemanha..

⁵⁷ Grupo no qual se dissolveria mais tarde e vários membros comporiam a guarda nazista *Schutztaffel*.

5.2 O SITUACIONISMO E O MAIO DE 68

OCUPE AS FÁBRICAS
TODO PODER AOS CONSELHOS OPERÁRIOS
ACABE COM A SOCIEDADE DE CLASSE
ABAIXO A SOCIEDADE ESPETACULAR MERCANTIL
ACABE COM A ALIENAÇÃO
ACABE COM A UNIVERSIDADE
A HUMANIDADE SÓ SERÁ LIVRE QUANDO O ÚLTIMO
BUROCRATA FOR ENFORCADO NAS TRIPAS DO ÚLTIMO
CAPITALISTA
MORTE AOS POLICIAIS
LIBERDADE TAMBÉM PARA OS QUATRO CONDENADOS
POR PILHAREM DURANTE A REVOLTA DO DIA 6 DE MAIO

Comitê de Ocupação da Universidade Autônoma e Popular da Sorbonne, 16 de maio de 1968, 19h (Internacional Situacionista, 2002)

“Doutor em nada”, Guy-Ernest Debord foi o fundador da Internacional Situacionista (1952), e influenciado por diversos movimentos artísticos, buscavam inicialmente ir além da arte comum, porém começaram a tratar da vida cotidiana em geral, percebendo que uma arte liberta penas surgiria com uma sociedade liberta, então começaram a esboçar opiniões sobre arquitetura e o urbanismo, sobre a cidade, para depois começarem a escrever contundentes críticas ao funcionalismo do urbanismo moderno.

De acordo com Paola Berenstein Jacques (2003):

O pensamento urbano situacionista, e principalmente sua crítica ao urbanismo enquanto disciplina, poderia ser visto hoje, pelo próprio “campo” do urbanismo, como um convite à reflexão, à autocrítica e ao debate. Um apelo contra a espetacularização das cidades e um manifesto pela participação efetiva – não somente para parecer “politicamente correto” como vem ocorrendo – por uma participação real da população nas decisões urbanas. Os textos situacionistas sobre a cidade (cf. *Apologia da Deriva*) ainda podem ser vistos, dentro da inércia teórico-especulativa atual, como uma proposta para se pensar agora, em conjunto com todos os atores sociais urbanos contemporâneos, sobre o futuro das cidades existentes e a construção das novas cidades do futuro. (JACQUES, 2003)

A formação da I.S., após amadurecida, começava a caminhar em compasso com o momento revolucionário da França de 1968, com revoltas que começaram pelos estudantes da Sorbonne, acabaram se espalhando para o setor essencial, da classe trabalhadora, que começou a ocupar as fábricas e pressionar a hegemonia do poder Francês. Contra o trabalho alienado e toda a forma de viver capitalista (inclusive a burocracia, que remenda as relações capitalistas até funcionarem de forma equilibrada), os situacionistas acompanharam a linha de frente da nova ideia da Comuna Francesa, chegando a dizer que há um século a revolução

estava sendo preparada. Na Sorbonne formou-se um “*soviet*” com a organização estudantil advinda das revoltas e greves.

Seus membros do conselho para a manutenção das ocupações de Paris tinham uma posição forte e esclarecida quanto à direção e o tipo de organização no qual a classe trabalhadora deveria construir, inclusive com críticas fortes aos sindicatos, que tentavam manejar a situação com acordos entre os patrões e empregados, com a CGT (Confederação Geral do Trabalho) inclusive sabotando a solidariedade de colaboração dos estudantes com os trabalhadores em greve da Renault (BRINTON, 2003). Indo além das instituições do mundo velho, como os sindicatos que acabaram sendo incorporados no próprio capitalismo, os revoltosos da França relembram São Petersburgo em 1905, Turim no Biênio Vermelho em 1920, Catalunha em 1936, Budapeste em 1956, e todas as explosões revolucionárias que naturalmente encontraram sua forma organizacional pelos conselhos dos trabalhadores. Os *Enragés* expressaram isso de forma interessante nos Comitês, em 30 de maio de 1968:

O que define o poder dos conselhos? A dissolução de todo poder externo, democracia integral e direta, unificação prática da decisão e execução, delegados que podem ser revogados a qualquer momento por aqueles que os investiram de mandato, abolição da hierarquia e de especializações independentes, gestão consciente, transformação de todos os condicionamentos da vida libertada, participação criativa permanente das massas, prolongamento e coordenação internacionalistas. As necessidades atuais não são nada menos do que essas. Autogestão não é nada menos que isso. Cuidado com os recuperadores de todas as variedades modernistas - incluindo até mesmo padres - que estão começando a falar de autogestão ou até mesmo de conselhos operários sem o menor embasamento, já que de fato eles querem salvar suas funções burocráticas, os privilégios das suas especializações intelectuais ou seus futuros como mini-patrões.

Na verdade, o que é necessário nesse momento tem sido necessário desde o início do projeto revolucionário proletário. O povo lutou pela abolição do trabalho assalariado, da produção de mercadoria, do Estado. Era uma questão de alcançar a consciência histórica, de superar todas as separações e “tudo que exista de forma independente dos indivíduos” [...] A manutenção da velha sociedade, ou a formação de novas classes exploradoras, foi conseguida todas as vezes através da supressão dos conselhos. Agora, a classe trabalhadora conhece seus inimigos e seus métodos de ação adequados. “As organizações revolucionárias tiveram de aprender que não se pode lutar contra a alienação através de meios alienados” (A Sociedade do Espetáculo). Os conselhos de trabalhadores são certamente a única saída, uma vez que todos os outros meios de luta revolucionária conduziram ao oposto do que se pretendia. (Internacional Situacionista, 2002)

A experiência do maio de 68 abalou as estruturas do capitalismo na época, foram um exemplo de associação dos estudantes com os trabalhadores das fábricas, um grande exemplo

de solidariedade e colaboração, servindo de bússola para a construção do futuro do proletariado para se extinguir como classe e tomar o mundo juntamente à sua liberdade

5.3 O FUTURO E A AUTOGESTÃO SOCIAL

Agora, contudo a tarefa é construir uma forma de organização a partir de um corpo de produtores colaboradores livres, controlando real e mentalmente a ação produtiva comum, regulando-a como iguais à sua própria vontade - um sistema social bastante diferente. (PANNEKOEK, 2018, p. 68)

A instauração da autogestão social perpassa uma radical mudança estrutural em comparação com a velha ordem burguesa, “abolindo tanto o mercado (“lei do valor”) quanto o Estado” (VIANA, 2015, p.86), o que vai muito além da concepção burguesa de autogestão, ou seja, de uma ideia apenas de gestão de empresas ou democracia direta ao invés de uma relação de produção que, através de suas organizações como os conselhos de fábrica, conselhos de bairro e outras estruturas “horizontais” que formam a base dos conselhos revolucionários, nos quais serão responsáveis pela autogestão social (ibidem, p. 86):

Esses conselhos se articularão no âmbito regional, formando os conselhos sociais de autogestão, e através das demandas sociais regionais se efetuará a distribuição dos meios de produção. As comunas revolucionárias cuidarão essencialmente da produção de meios de consumo enquanto que as grandes indústrias produzirão essencialmente meios de produção que serão distribuídos às comunas de acordo com o grau de necessidade de cada uma.

O trabalho socialmente necessário (grandes indústrias, serviços sociais, distribuição, transporte, etc.) e o trabalho autônomo (meios de consumo, trabalho comunal em geral, o que inclui lazer, meios de comunicação, etc.) serão executados pelas mesmas pessoas. Ou seja, ao invés de haver uma divisão social do trabalho haverá uma divisão temporal do trabalho. O indivíduo irá dividir o seu tempo de trabalho visando executar tanto o trabalho socialmente necessário quanto o trabalho autônomo. (VIANA, 2015, p.86-87)

A já mencionada questão da separação entre unidade de produção e unidade doméstica, realizada de forma cada vez mais intensa com a grande passagem histórica das comunas medievais para as cidades capitalistas⁵⁸, poderá mudar ou ser abolida. Outras mudanças ensaiadas por Viana são expressas:

- 1) socialização dos meios de produção através da autogestão coletiva nas unidades de produção;
- 2) socialização dos meios de distribuição através da autogestão coletiva nas comunas revolucionárias;

⁵⁸ Relacionada também com a subordinação e exclusão da mulher da sociedade, reduzida às unidades domésticas no capitalismo (ibidem, 87)

- 3) Socialização dos meios de administração, comunicação, educação, diversão, produção cultural, repressão, etc., através da autogestão coletiva da coletividade (conselhos revolucionários);
- 4) Formação de comunas revolucionárias que executarão a produção de meios de consumo, cultura, etc., e também cuidarão da segurança comunal contra as ações contra-revolucionárias;
- 5) Os meios de produção, a produção e a distribuição comunais serão autogeridas pelos próprios integrantes da comuna;
- 6) Abolição total do capital, da propriedade privada, do estado, do dinheiro e do mercado e instituição da planificação autogerida da comunidade;
- 7) Coletivização das terras e meios de produção no campo através da autogestão coletiva dos trabalhadores rurais;
- 8) Desurbanização ambiental dos grandes centros urbanos e desruralização das zonas produtivas rurais e, conseqüentemente, abolição da oposição entre cidade e campo;
- 9) Abolição de todas as hierarquias sociais, implantação de uma igualdade efetiva entre os sexos, raças, etnias, as culturas, etc., e criação, em cada comuna revolucionária, de conselhos de proteção aos impossibilitados de trabalhar (crianças, idosos, deficientes físicos, etc.);
- 10) Incentivo ao desencadeamento do processo revolucionário em todos os países do mundo e apoio a todas as tentativas de revolução proletária no mundo. (VIANA, 2015, p. 88-89)

O desenvolvimento da sociedade autogerida seria a correspondência da ação humana livremente associada com os seus fins, ou seja, um processo de desenvolvimento não alienado e sim autoconsciente, o indivíduo não será reprimido por formas sociais sectárias como as burguesas (que não são expressões naturais à humanidade), e será construtor e construído pelas formas sociais comunistas, que apesar de serem separadas do modo de produção, são correspondentes e determinadas por ele (ibidem, p. 92). Com a destruição da divisão social do trabalho e retomada dos processos completos de trabalho pelos produtores, não haverá mais a maquiavélica separação entre o saber e o fazer (FERRO, 1988; 2006), que cai como uma luva no processo de exploração capitalista, isso significa que a mudança radical proposta por Marx, do desenvolvimento de uma humanidade onilateral⁵⁹(ibidem, p. 95), em que suas capacidades inatas não são usurpadas ou deformadas pela divisão social do trabalho, na qual produz um indivíduo “especialista”, unilateralmente desenvolvido. Tal como colocou Marx, no comunismo a história da humanidade deixa de ser produto de revolução (a luta de classes deixa de ser o motor da história, pois as classes sociais são abolidas) e passa a ser conscientemente comandado pela humanidade, pelo ritmo das necessidades humanas e da decisão coletiva, e não pelo ritmo exploratório da busca do lucro pelo capitalismo (ibidem, p. 97).

⁵⁹ A palavra vem de *omnilateral*, referente à todas as dimensões.

Figura 8: Muro em Paris de 1968, com a frase “Seja realista, demande o impossível”



Fonte: Medium

Portanto, a luta por uma sociedade realmente justa, autoconsciente e livre passa necessariamente pela criação pelos trabalhadores do mundo todo de sua liberdade, de seus órgãos de autogestão, e pela simultânea destruição do velho mundo, do Estado, da propriedade privada, a favor de uma humanidade nova. Essa humanidade nova não terá amos e não será amo de nada, a lógica mesquinha e individualista do mundo capitalista limita tudo à competição social e à propriedade: justamente o que chama de liberdade é a própria escravidão.

Como disse Marx (2011a), o capital é trabalho morto, que suga a energia humana como um vampiro, não é por acaso que cada vez mais a sociedade como um todo se sinta cada vez mais esgotada, também uma humanidade inatamente teleológica, com habilidade prática de agir no mundo e de objetivas seus sonhos e desejos por meio do trabalho, moldando o mundo ao seu redor, não pode se deixar dominar, se desgastar e utilizar sua vida como meios de esbanjamento de outros indivíduos, e por esse motivo a nova humanidade não deve aceitar seres humanos superiores à outros, da mesma forma que o castigo e a premiação devem deixar de existir: tanto o prêmio como o castigo são maquiavélicos, a verdadeira satisfação humana é justamente o seu desenvolvimento por meio da realização do trabalho

livre. Líderes e seguidores, senhores e escravos se premiam e castigam, perpetuando uma lógica de mundo abstrata e alienante, e a libertação de ambos perpassa pela abolição da forma-valor e das instituições burguesas justamente a toda a parafernália ideológica dominadora e perversa na qual assolam o mundo atualmente, um novo mundo tolerante, solidário e com espaço para todos os sonhos é possível, pois até os sonhos considerados humanos foram desfigurados. O objetivo final é também o caminho, e a esperança revolucionária, a cooperação e solidariedade juntamente à luta cultural contra todo o aparato buguês são a supressão e superação da velha ordem humana.

6 BIBLIOGRAFIA:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado** – 3. Ed. – Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX** – 3. Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BRINTON, Maurice. **Paris: Maio de 68**. São Paulo: Conrad, 2003.

BAKUNIN, Mikhail; VIANA, Nildo; KROPOTKIN, Piotr. **A Concepção Anarquista da Comuna de Paris** / Mikhail Bakunin; Nildo Viana; Piotr Kropotkin. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

CARVALHO; RODRIGUES, 2013, **Cidade, Exclusão Socioespacial e Políticas Públicas: A Copa do Mundo no Brasil**.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius (org.). **O Significado da Comuna de Paris**. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CUSTÓDIO, Vanderli. **Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas**. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 38, p 77-98, jul./dez. 2004.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERRO, Sérgio. **O concreto como arma**. Revista Projeto, São Paulo, n. 111, junho de 1988.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. Apresentação: Pedro Fiori Arantes. Posfácio: Roberto Schwarz. São Paulo: Cosac Naify, 2006

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. **Autogestão: Uma Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Helene, P., Pacheco, J., Couto, D. (2020), "**Colapso do Edifício Wilton Paes de Almeida – SP: lições aprendidas**", Revista ALCONPAT, 10 (1), pp. 114 – 131

HARVEY, David. **A Produção do Espaço Capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Breve Histórico da Internacional Situacionista**. Vitruvius, 2003. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.035/696>>. Acesso em: 06, fevereiro, 2022.

KOLLONTAI, Alexandra. **Oposição Operária 1920-1921**. (1921) trad. Grupo Aurora, Global editora, São Paulo, 1980

KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LE CORBUSIER. **Towards a New Architecture**. Nova Iorque: Dover Publications, 1986.

MAIA, Lucas. **Comunismo de conselhos e autogestão social** – 3. ed. – Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **Letter from Marx to Arnold Ruge**. marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09-alt.htm>. Acesso em: 20, fevereiro de 2022.

MATTICK, Paul. **Marx & Keynes: Os Limites da Economia Mista**. Lisboa: Antígona, 2010. 448 p.

MAKHAĬSKY, J. W. **Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais**. in: TRAGTENBERG, M. (org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PAULA, A. E. H. DE. **A Relação Espaço-Operário na Cidade: Os Casos da Comuna de Paris de 1871 e da Greve Geral de 1917 em São Paulo**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, n. 11, p. 125-146, 1 maio 2010.

PANNEKOEK, Anton. **Conselhos de Trabalhadores**. Curitiba: L-Dopa, 2018.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 94 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Ketlen Danielly Da Silva; SANCHES, Débora. **Ocupações Urbanas: O incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida e sua repercussão midiática**. XVI Jornada de Iniciação Científica e X Mostra de Iniciação Tecnológica, 2020

TONUCCI, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. **A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço**. Cadernos Metrópole [online]. 2017, v. 19, n. 39 [Acessado 6 Fevereiro 2022] , pp. 433-454. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3904>>. ISSN 2236-9996. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3904>.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo** – 8. ed. rev. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANA, Nildo. **Espaço e sociedade a partir da contribuição de Karl Marx**. In: Territorial – Caderno Eletrônico de Textos, Vol.3, n 4, 10 de março de 2013.

VIANA, Nildo. **Violência Urbana: a cidade como espaço gerador de violência**. Goiânia: Germinal, 2002.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário** - 2. ed. - Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **Karl Marx: a crítica desapiedada do existente** - 1.ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VIANA, N. **Althusser e a Interpretação Ideológica do Pensamento de Althusser**. Marxismo e Autogestão, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 115–128, 2021. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/234>. Acesso em: 18 out. 2021a.

VIANA, N. **Pandemia e Entropia Capitalista**. Marxismo e Autogestão, [S. l.], v. 8, n. 11, 2021. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/726>. Acesso em: 18 out. 2021b.

VIANA, N. **O Significado Histórico da Classe Burocrática**. Revista Enfrentamento, Goiânia, v. 13, n. 23, 2021c. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/renf/article/view/354>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VIANA, N. (2012). **Comuna de Paris, Interpretações e Perspectiva de Classe** - doi: 10.5216/hr.v16i2.18146. História Revista, 16(2), 177–203.

Internacional Situacionista. **Situacionista: teoria e prática da revolução.** São Paulo:
Conrad, 2002.